ERICO LIMA DE OLIVEIRA

**O impacto do Sistema Interamericano de Direitos Humanos no ordenamento
jurídico brasileiro**

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Dr. Masato Ninomiya

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2020

ERICO LIMA DE OLIVEIRA

**O impacto do Sistema Interamericano de Direitos Humanos no ordenamento
jurídico brasileiro**

Tese apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de doutor em Direito, na área de concentração de Direito Internacional, sob a orientação do Prof. Dr. Masato Ninomiya.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2020

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

LIMA DE OLIVEIRA, ERICO

O impacto do Sistema Interamericano de Direitos Humanos no ordenamento jurídico brasileiro ; ERICO LIMA DE OLIVEIRA ; orientador Masato Ninomiya -- São Paulo, 2020.

212

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Direito Internacional) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2020.

1. Impacto. 2. Sistema Interamericano. 3. Direitos Humanos. 4. Lei doméstica. 5. Legitimidade. I. Ninomiya, Masato, orient. II. Título.

People have the power
The power to dream, to rule
To wrestle the world from fools
It's decreed the people rule

Patti Smith

A ESTALAGEM DA RAZÃO

A meio caminho entre a fé e a crítica está a estalagem da razão. A razão é a fé no que se pode compreender sem fé; mas é uma fé ainda, porque compreender envolve pressupor que há qualquer coisa compreensível.

Fernando Pessoa

Dedico esta tese a meus pais Francisco Souza de Oliveira (*in memoriam*) e Hilma Lima de Oliveira, por me ensinarem a apreciar desde cedo a busca pelo conhecimento e a perseguir meus sonhos sem medo.

Dedico à minha sobrinha Anna Carolina Oliveira para, que sua geração encontre um mundo melhor do que os problemas elencados nesta tese.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meu orientador Professor Dr. Masato Ninomiya, por abrir as portas destas Arcadas a um jovem Defensor Público que imigrou do Norte do Brasil em busca de um sonho: o Doutorado em Direito Internacional da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Agradeço a todos os professores, que com suas aulas inspiradoras, ajudaram-me nesta caminhada, especialmente André de Carvalho Ramos, Antonios Tzanakopoulos, Flávia Piovesan, Gisele Góes, José Eduardo Faria, Paulo Casella, Pedro Dallari e Wagner Menezes.

Agradeço ao amigo Luis Philipe Oliveira, verdadeiro irmão que encontrei em São Paulo, por todas as valiosas lições ao longo do Mestrado e Doutorado.

Finalmente, agradeço a todos os colegas da Universidade de São Paulo, Defensoria Pública da União, Organização dos Estados Americanos, Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Corte Interamericana de Direitos Humanos e Tribunal Penal Internacional por todas as orientações, recomendações e palestras ao longo deste período de três anos que foram essenciais para a entrega desta tese.

Vocês sempre estarão em meu coração.

SUMÁRIO

SEÇÃO I -	INTRODUÇÃO.....	21
SEÇÃO II -	HISTÓRICO DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS NO ÂMBITO GLOBAL	33
2.1	O PARADIGMA HOBBSIANO-WESTPHALIANO E A PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS	33
SEÇÃO III -	RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DIREITOS HUMANOS	45
SEÇÃO IV -	SISTEMAS DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS NO ÂMBITO GLOBAL E REGIONAL	57
4.1	O EDIFÍCIO JURÍDICO-INSTITUCIONAL GLOBAL DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS	57
4.2	O EDIFÍCIO JURÍDICO-INSTITUCIONAL INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS	68
4.2.1	Jurisdição <i>ratione materiae</i>	71
4.2.2	Jurisdição <i>ratione personae</i>	73
4.2.3	Jurisdição <i>ratione temporis</i>	74
4.2.4	Jurisdição <i>ratione loci</i>	77
4.2.5	Requerimentos de admissibilidade do Sistema Interamericano <i>ab initio</i>	78
4.2.6	Fase de conciliação	81
4.2.7	Fase do primeiro e segundo relatórios.....	83
4.2.8	<i>Locus standi in judicio</i> no sistema interamericano de proteção aos direitos humanos.....	85
SEÇÃO V -	IMPACTO MATERIAL DOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS NO ORDENAMENTO.....	87
5.1	O <i>IUS CONSTITUTIONALE COMMUNE</i> E O CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE.....	87
5.2	O SISTEMA EUROPEU DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS E A MARGEM DE APRECIÇÃO	99
5.3	<i>RESTITUTIO IN INTEGRUM</i> E SUA APLICABILIDADE.....	104
5.4	CONFORMIDADE E EFETIVIDADE DAS DECISÕES NOS SISTEMAS INTERAMERICANO E EUROPEU DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS	108

SEÇÃO VI - JURISPRUDÊNCIA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS RELATIVA AOS CASOS BRASILEIROS	113
6.1 CASO XIMENES LOPES VS. BRASIL	113
6.2 CASO ESCHER E OUTROS VS. BRASIL.....	121
6.3 CASO GARIBALDI VS. BRASIL	128
6.4 CASO GOMES LUND VS. BRASIL	132
6.5 CASO TRABALHADORES DA FAZENDA BRASIL VERDE VS. BRASIL	136
6.6 CASO FAVELA NOVA BRASÍLIA VS. BRASIL.....	140
6.7 CASO DO POVO INDIGENA XUCURU E SEUS MEMBROS VS. BRASIL	145
6.8 CASO HERZOG E OUTROS VS. BRASIL	148
6.9 PANORAMA DA CONFORMIDADE DOS CASOS PELO ESTADO BRASILEIRO: O DÉFICIT DE LEGITIMIDADE E EFICÁCIA.....	152
SEÇÃO VII - RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO ESTADO	167
SEÇÃO VIII - CONCLUSÃO.....	177
REFERÊNCIAS.....	181
ANEXO.....	195

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CADH	-	Convenção Americana de Direitos Humanos
CEDH	-	Convenção Europeia de Direitos Humanos
CIDH	-	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CNDH	-	Conselho Nacional dos Direitos Humanos
Corte EDH	-	Corte Europeia de Direitos Humanos
Corte IDH	-	Corte Interamericana de Direitos Humanos
DIDH	-	Direito Internacional dos Direitos Humanos
DIH	-	Direito Internacional Humanitário
DIR	-	Direito Internacional dos Refugiados
DUDH	-	Declaração Universal dos Direitos Humanos
IDC	-	Incidente de Deslocamento de Competência
III PNDH	-	III Programa Nacional de Direitos Humanos
OEA	-	Organização dos Estados Americanos
OIT	-	Organização Internacional do Trabalho
ONU	-	Organização das Nações Unidas
PIDCP	-	Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos
PIDESC	-	Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
SIDH	-	Sistema Interamericano de Direitos Humanos

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Teorias de relações internacionais e direitos humanos	45
Quadro 2 -	O edifício jurídico institucional do sistema global de proteção aos direitos humanos.....	61
Quadro 3 -	O edifício jurídico institucional do sistema interamericano de proteção aos direitos humanos	70
Quadro 4 -	Obrigações devidas pelo Brasil.....	153

RESUMO

OLIVEIRA, E. L. *O impacto do sistema interamericano de direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro*. 2020. 212 fls. (Doutorado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

O Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH) surgiu a partir de um reconhecimento de vários Estados a partir de meados do século XIX dos direitos já consagrados internamente a nível constitucional na esfera global. No entanto, foi a partir da Primeira Guerra Mundial e, principalmente, a partir da Segunda Guerra Mundial que o DIDH se solidificou como um ramo desenvolvido principalmente por meio dos tratados internacionais e das instituições responsáveis pelo monitoramento destes instrumentos. Nota-se que muitos Estados que aderem livremente aos regimes de proteção aos direitos humanos, seja em nível global, seja em nível regional não cumprem com os mandamentos emitidos pelos órgãos de observação levando a uma crise de legitimidade e eficácia de tais órgãos. A presente tese visa analisar o impacto que as decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos têm sobre o Estado brasileiro. Para tanto, buscou-se fazer um estudo das decisões condenatórias proferidas por aquela Corte e analisar em quais pontos resolutórios o Brasil permanece em débito até a data deste trabalho. Finalmente, se quisermos o fortalecimento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH), o *partial compliance*, não é o melhor exemplo a ser dado. Propomos outros modos não somente para o Estado brasileiro como também para outros Estados na região.

Palavras-chave: Impacto. Sistema interamericano. Direitos humanos. Lei doméstica. Legitimidade. Eficiência.

ABSTRACT

OLIVEIRA, E. L. *The impact of the inter-american system of human rights in the brazilian domestic law*. 2020. 212 pages. (Doctorate) - Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2020.

International human rights law arose from the recognition of several states from the mid-nineteenth century onwards of rights already enshrined internally at constitutional level in the global sphere. However, it was after the First World War, and especially after the Second World War, that the IHRL solidified itself as a branch developed mainly through international treaties and the institutions responsible for monitoring these instruments. It is noted that many States that freely adhere to the regimes for the protection of human rights, either at the global level or at the regional level, do not comply with the commandments issued by the organs of observation leading to a crisis of legitimacy and efficiency of such bodies. This thesis aims to analyze the impact that the decisions of the Inter-American Court of Human Rights have on the Brazilian State. To this end, an attempt was made to study the condemnatory decisions handed down by that Court and to analyze in which resolving points Brazil remains in debt until the date of this work. If we want to strengthen the inter-American human rights system (IAHRS), the partial compliance is not the best example to be set. We propose other modes not only for the Brazilian State but also for other States in the region

Key words: Impact. Inter-american system. Human rights. Domestic law. Legitimacy. Efficiency.

SOMMARIO

OLIVEIRA, E. L. *L'impatto del sistema interamericano dei diritti umani nella legge interna brasiliana*. 2020. 212 pagine. (Dottorato) - Facoltà di Giurisprudenza, Università di San Paolo, San Paolo, 2020.

La legislazione internazionale sui diritti umani è nata a partire dalla metà del XIX secolo. È frutto del riconoscimento, da parte di diversi Stati, di diritti già sanciti internamente a livello Costituzionale nella sfera globale. Tuttavia, è stato dopo la Prima Guerra Mondiale, e principalmente dopo la Seconda, che la LIDU si è consolidata come una filiale sviluppata principalmente tramite trattati internazionali e le istituzioni responsabili del monitoraggio di questi strumenti. Si noti che molti Stati che aderiscono liberamente ai regimi per la protezione dei diritti umani, sia a livello globale che a livello regionale, non rispettano le disposizioni emesse dagli organi di osservazione, il che porta a una crisi di legittimità e di efficienza di tali corpi. Questa tesi intende analizzare l'impatto che le decisioni della Corte Interamericana dei Diritti Umani hanno sullo Stato brasiliano. A tal fine, si è tentato di studiare le decisioni di condanna emesse dalla Corte e di analizzare in quali punti di risoluzione il Brasile è in debito fino alla data di questo lavoro. Infine, se vogliamo rafforzare il sistema interamericano dei diritti umani, il partial compliance non risulta essere il migliore esempio. Proponiamo altri modi non solo per lo Stato brasiliano, ma anche per gli altri Stati.

Parole chiave: Impatto. Sistema interamericano. Diritti umani. Diritto interno, legittimità. Efficienza.

SEÇÃO I - INTRODUÇÃO

Segundo José Joaquim Gomes Canotilho os paradigmas hobbesianos-westphalianos representam o clássico eixo das relações horizontais entre Estados¹ que por muito tempo orientaram as relações internacionais. Estes paradigmas consagram a ideia de um Estado centrado em si mesmo como um corpo político que é soberano em relação a outros Estados (isto é, livre de outras autoridades externas) e supremo em seu próprio território.²

Dito isto, é necessário definir o que é um Estado posto que partimos desta definição para elaborar nosso argumento. Bob Jessop se refere ao “*three-element approach*” para definir o que é um Estado que se constitui na sua visão de a) um aparato coercitivo, administrativo e simbólico politicamente organizado com poderes gerais e específicos (*Staatsapparat*), b) um território claramente demarcado sob controle deste aparato (*Staatsgebiet*), c) uma população permanente sob a qual as decisões e autoridade deste Estado sejam vinculantes (*Staatsvolk*).³ Além destes elementos clássicos Jessop insere o objetivo comum de uma determinada comunidade em um Estado (*Staatsidee*).⁴

A partir de meados do século XVII, foram formadas as bases de um sistema internacional clássico, tendo um dos seus eixos (mas não os únicos) os tratados constitutivos da Paz de Westphalia. Deste momento, foram se formando os elementos constitutivos do que hoje é admitido como Estado e as relações internacionais passaram a vigorar sob a lente da *State centered perspective*, “sob um prisma que abarca conceitos estruturais e fundantes a soberania do Estado no âmbito externo e a segurança nacional no âmbito interno”.⁵ Esta perspectiva apesar de não ter brotado em Westphalia foi o seu reflexo mais imediato. Os termos de paz da Guerra dos Trinta Anos significaram uma afirmação da soberania como base do sistema internacional que estava sendo construído.

¹ CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional e teoria da constituição*. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003. p. 1370.

² KLOSKO, George. *History of political theory: an introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2013. v. 2. p. 82.

³ JESSOP, Bob. *The state: past, present, future*. Cambridge: Polity Press, 2015. p. 26.

⁴ Idem, ibidem, p. 49.

⁵ PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2017a. p. 191.

Passamos a discutir este histórico tendo como recorte o sistema westphaliano entendendo-o não como *turning point* do sistema internacional, mas como marco importante ao estudo deste sistema. Referida paz, como observado, deu fim à Guerra dos Trinta Anos, série de conflitos religiosos entre principados católicos e protestantes que foram conflagrados principalmente na Europa Central. O término destes conflitos foi disposto nos tratados de Münster e Osnabrück, cidades do antigo Sacro Império Romano-Germânico, que passaram para a história como Paz de Westphalia. Nestes tratados restou claro que “o Estado, não o império, a dinastia ou a confissão religiosa, foi consagrado como a pedra fundamental da ordem europeia”,⁶ sendo que “o conceito vestfaliano tomava a multiplicidade como seu ponto de partida e unia uma múltipla variedade de sociedades, cada uma aceita com uma realidade, numa busca comum por ordem”.⁷

E paz entre os povos representa o objetivo maior de todo sistema internacional visto que:

(...) sistemas jurídicos internacionais – na medida em que existam – buscam coerência e ordenação de conjunto. E, em relação ao conjunto do mundo e das relações entre estados, não pode haver anseio mais alto – nem mais recorrente – do que a busca da paz e de mecanismos de institucionalização desta”.⁸

O mundo dito civilizado como se conhecia passou a operar em suas relações entre os povos a partir de um pressuposto, qual seja, a soberania dos Estados visto que “estabilidade política requer soberania indivisível”⁹ e a soberania aqui é entendida pelas lentes de Jean Bodin e Thomas Hobbes, autores políticos que procuravam traduzir o pensamento político. Assim, nenhuma outra autoridade pode interferir nos assuntos internos de um ente soberano (*Staatsapparat*) e um dos principais poderes do soberano é segundo Bodin o poder de ditar as leis ao seu povo sem seu consentimento¹⁰ e o mesmo raciocínio encontramos em Hobbes ao se referir ao poder do soberano de usar quais meios

⁶ KISSINGER, Henry. *Ordem mundial*. Tradução Cláudio Figueiredo. Rio de Janeiro: Oobjtiva, 2015. p. 33.

⁷ Idem, ibidem, p. 34.

⁸ CASELLA, Paulo Borba. *Direito internacional no tempo clássico*. São Paulo: Atlas, 2015. p. 315.

⁹ KLOSKO, *opus citatum*, p. 84. Tradução livre do original: “political stability requires indivisible sovereignty”.

¹⁰ BODIN, Jean. *Six Books of Commonwealth* *apud* KLOSKO, *opus citatum*. Tradução livre de: “the main point of sovereign majesty and absolute power consists of giving the law to subjects in general without their consent”.

disponíveis para perseguir seus fins, certamente um norte nas conclusões da Paz de Westphalia.

Deste modo, a partir da paz consagrada pelos tratados de Münster e Osnabrück, as relações entre Estados foram se assentando nas bases ditadas pelos paradigmas hobbesianos-westphalianos. Em suma:

(....) 'igualdade jurídica entre Estados', a 'soberania' estatal baseada na exclusividade da jurisdição territorial, o princípio da 'não-intervenção' nos assuntos internos, e o 'consentimento do estado' como única fonte válida de obrigações internacionais. Daí resulta um direito internacional que somente se exprime como resultado de ações voluntariamente adotadas pelos estados, seja sob a forma de consentimento expresse – como, por exemplo, em tratados – ou consentimento tácito, por meio de costume, e mesmo de atos unilaterais.¹¹

Muito se atribui à Westphalia (injustamente, diga-se de passagem) o caráter inaugural de um novo sistema calcado na soberania entre Estados. Na verdade, a formação do sistema internacional é uma história de avanços e retrocessos e tal episódio é apenas mais um dentre outros tantos fenômenos desta história. Nas palavras de Paulo Casella:

A ênfase excessiva no caráter constitucional e formador do sistema internacional, que teria sido desempenhado pela Paz de Vestfália, tem ainda a desvantagem de desviar o foco do caráter, paulatino e progressivo, da elaboração e formação sucessivas, do sistema institucional e normativo internacional. O que congelaria o sistema em quadro estático que, historicamente, nunca existiu.¹²

No entanto, é fato que a *raison d'état* (o bem-estar do Estado justifica os meios empregados para alcançá-lo) e o equilíbrio de poder (cada Estado deve promover seus próprios interesses de forma egoísta e tal promoção contribui para a paz) foram conceitos oriundos dos eventos da Guerra dos Trinta Anos e da Paz de Westphalia e passaram a ser os eixos motores das relações externas entre os Estados do mundo dito civilizado. Os artigos 123 e 124 do Tratado de Münster desenhavam um esforço de segurança coletiva daquele tempo que congregava três elementos: a) a proibição do uso da força; b) a proibição de autodefesa individual, exceto depois de um período; c) a obrigação de Estados de apoiar a vítima de uma agressão em autodefesa coletiva.¹³

¹¹ CASELLA, *opus citatum*, p. 13.

¹² Idem, *ibidem*, p. 18.

¹³ CASSESE, Antonio. States: rise and decline of the primary subjects of the international community. In: FASSBENDER, Bardo; PETERS, Anne. *The Oxford Handbook of the History of International Law*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 63.

A história nos demonstra que a noção do equilíbrio de poder não serviu para a segurança coletiva vez que após a Guerra dos Trinta Anos ainda vieram outros conflitos de maior ou menor escala tais como a Guerra dos Sete Anos (1756-1763). Tivemos ainda a Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas e o modelo inaugurado (ou aperfeiçoado a depender da visão) com a Paz de Westphalia estava definitivamente superado com o Congresso de Viena. Como Henry Kissinger relata:

Após o Congresso de Viena, a Europa gozou de um período de paz que jamais teve. Durante 40 anos não houve uma guerra sequer entre as Grandes Potências, e após a Guerra da Crimeia, em 1854, nenhuma grande guerra aconteceu durante os 60 anos seguintes.¹⁴

A Revolução Francesa foi o grande turbilhão que sacudiu a Europa e que gerou repercussões nas esferas domésticas e internacional até os dias atuais. Referido movimento segundo Kissinger:

(...) proclamou uma ordem doméstica e internacional tão diferente do sistema vestfaliano quanto possível. Abandonando a separação entre política interna e externa, ela ressuscitou – e talvez tenha separado – as paixões da Guerra dos Trinta Anos, substituindo o impulso religioso do século XVII por uma cruzada laica.¹⁵

No bojo dos movimentos revolucionários foi estabelecida a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão em 27 de agosto de 1789. Os movimentos revolucionários cruzaram as fronteiras francesas e ofereceram apoio aos movimentos similares onde quer que eles ocorressem, base das guerras napoleônicas de anexação. Foi somente com a derrota de Napoleão Bonaparte que a Europa pôde novamente se recompor e adotar uma nova ordem no chamado Congresso de Viena. Tal fórum representou uma evolução no sistema internacional tomando para si as ideias do Cardeal Richelieu, primeiro ministro da França entre 1624 e 1642, homem responsável pela política externa francesa e que implementou a *raison d'état* como motor propulsor das relações internacionais nos tempos vestfalianos deixando de lado a fé e moral cristã para se concentrar nos assuntos puramente estatais. Assim, conforme Kissinger explica:

¹⁴ KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 61.

¹⁵ KISSINGER, 2015, opus citatum, p. 47.

Os estadistas que se reuniram em Viena em 1814 se encontravam numa posição radicalmente diferente daquela dos predecessores que tinham formulado os termos da Paz de Vestfália. Um século e meio antes, vários acordos a respeito das diferentes guerras que tinham composta a Guerra dos Trinta Anos foram conjugados num conjunto de princípios para a conduta geral no âmbito da política externa. A ordem europeia que daí emergiu tomou como ponto de partida as entidades políticas. Existentes, agora separadas dos seus ímpetos religiosos. Esperava-se então que a aplicação dos princípios vestfalianos produziria um equilíbrio de poder para prevenir, ou pelo menos atenuar, os conflitos. No decorrer de quase um século e meio seguinte, esse sistema tinha conseguido conter os desafios ao equilíbrio por meio de alinhamentos mais ou menos espontâneos de coalizões que se contrabalançavam umas às outras.¹⁶

Para tanto, “o art. 6º do tratado de Viena de 6 de novembro de 1815 substituíu, ao mecanismo tradicional da diplomacia ‘bilateral’ dos estados, procedimento coletivo dos congressos”.¹⁷

Cabe anotar também que ao tempo do Congresso de Viena, o termo “nações civilizadas” aparecia no contexto internacional como oposição ao tráfico de escravos sendo a primeira vez que os direitos humanos eram garantidos no direito internacional,¹⁸ visto que “o primeiro instrumento internacional que lidou especificamente com o tráfico de escravos em geral foi a Declaração Relativa à Abolição Universal do Tráfico de Escravos, assinada em Viena em 8 de fevereiro de 1815”.¹⁹ O escopo do direito internacional a partir do Congresso de Viena de 1815 até a Paz de Versalhes de 1919 foi alargado para incluir objetivos morais, dentre eles a já citada condenação da escravidão e a humanização da guerra (fundação da Cruz Vermelha após a Batalha de Solferino em 1859 além da Convenção de Genebra para a Melhoria das Condições dos Feridos e dos Enfermos das Forças Armadas em Campanha de 1864).²⁰

Em 1889, um segundo tratado viria a ser assinado: a Convenção de Genebra para Melhoria das Condições dos Feridos, Enfermos Náufragos das Forças Armadas no Mar. Neste sentido registre-se a lição de Guilherme Almeida:

¹⁶ KISSINGER, 2015, opus citatum, p. 67.

¹⁷ CASELLA, opus citatum, p. 338.

¹⁸ DUCHHARDT, Heinz. From the peace of Westphalia to the Congress of Vienna. In: FASSBENDER, Bardo; PETERS, Anne. *The Oxford Handbook of the History of International Law*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 650.

¹⁹ FERNANDÉZ, Joaquín Alcaíde. Hostes humani generis: pirates, slavers and other criminals. In: FASSBENDER, Bardo; PETERS, Anne. *The Oxford Handbook of the History of International Law*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 131.

²⁰ VEC, Milos. From the Congress of Vienna to the Paris Peace Treaties of 1919. In: FASSBENDER, Bardo; PETERS, Anne. *The Oxford Handbook of the History of International Law*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 663.

(...) no final do século XIX, ocorre a emergência história de quatro temas de direitos humanos que se relacionam com a edição de normas proibitivas no plano nacional ou internacional, a saber: abolição da escravidão como direito de propriedade de uma pessoa em relação a outra; proibição da tortura como meio de prova; e a proteção de feridos e enfermos das Forças Armadas em Campanha no mar e náufragos das Forças Armadas no Mar.²¹

Essas são as principais características do chamado direito internacional das nações civilizadas, período que começa com o Congresso de Viena e termina com a Primeira Guerra Mundial e o tratado de paz de Versalhes. Na proposta de Heinhard Steiger “o tratado é um marco histórico na periodização do Direito Internacional, uma vez que separa dois períodos: o Direito Internacional das Nações Civilizadas (1815-1919) do Direito Internacional da Humanidade (1919-até o momento presente)”.²²

O Congresso de Viena não foi capaz de deter o avanço das beligerâncias no continente europeu o que levou à Primeira Guerra Mundial. Com seu fim, um novo concerto foi realizado de modo a assegurar a segurança coletiva por meio da Paz de Versalhes e a Liga das Nações, fruto sobretudo dos “Quatorze Pontos” idealizados pelo presidente dos Estados Unidos da América Woodrow Wilson. Como afirmado por Kruger, a Liga das Nações ofereceu importantes inovações no campo do direito internacional contudo a autodeterminação dos povos e os direitos humanos não figuraram no corpo do Pacto constitutivo, mas pertenceram ao núcleo das visões que guiaram o instrumento.²³

Como evidência disso temos em conta que duas organizações internacionais foram criadas com a Paz de Versalhes: a Liga das Nações e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Seus respectivos tratados constitutivos como pontuam Peters e Peter não foram formalmente parte dos tratados de paz de Versalhes mas fazem referência a eles e a guerra que os precedeu como sua *raison d'être* material.²⁴ Contudo, apesar dos esforços em

²¹ ALMEIDA, Guilherme Assis de. *A proteção da pessoa humana no direito internacional*. São Paulo: CLA, 2018. p. 19-20.

²² STEIGER, Heinhard. From the international law of christianity to the international law of the world citizen – Reflections on the formation of the epochs of the history of international law. *Journal of the History of International Law*, n. 3, p. 180-193, 2001. p. 51.

²³ KRÜGER, Peter. From the Paris Peace Treaties to the end of second world war. In: FASSBENDER, Bardo; PETERS, Anne. *The Oxford Handbook of the History of International Law*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 684.

²⁴ PETERS, Anne; PETER, Simone. International organizations: between technocracy and democracy. In: FASSBENDER, Bardo; PETERS, Anne. *The Oxford Handbook of the History of International Law*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 177.

garantir a segurança coletiva e das inúmeras iniciativas visando a proteção dos refugiados após a Primeira Guerra Mundial como a criação do Alto Comissariado da Liga das Nações para Refugiados,²⁵ tal organização se viu incapaz de manter o equilíbrio tão almejado com o fim dos conflitos bélicos. Como destaca Lynn Hunt:

A Liga falhou apesar de nobres esforços. O Senado dos EUA recusou ratificar a participação americana. O status de membro foi negado inicialmente à Alemanha e Rússia; e enquanto promovia a autodeterminação nacional na Europa, a Liga administrava as antigas colônias alemãs e territórios do agora defunto Império Otomano através de um sistema de mandatos justificado mais uma vez pelo avanço europeu sobre outros povos. Mais que isso, a Liga se provou impotente para deter o crescimento do fascismo na Itália e Nazismo na Alemanha e por isso não pôde prevenir a deflagração da Segunda Guerra Mundial.²⁶

Uma nova configuração do sistema internacional foi necessária após a Segunda Guerra Mundial, verdadeiro divisor de águas da história. A segurança coletiva foi reforçada após a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) com a Carta de São Francisco em 1945 e ganhou novos contornos nunca antes experimentados na história da humanidade com a proibição do uso da força conforme artigo 2.4 da Carta: todos os Membros deverão evitar em suas relações internacionais a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou a dependência política de qualquer Estado, ou qualquer outra ação incompatível com os Propósitos das Nações Unidas,²⁷ tomando um *approach* completamente distinto do que foi pactuado na Liga das Nações onde o uso da força era tolerado em algumas situações.²⁸

Ademais, o respeito aos direitos humanos foi consagrado no bojo do documento constitutivo das Nações Unidas (com o fim de criar condições de estabilidade e bem estar, necessárias às relações pacíficas e amistosas entre as

²⁵ ORCHARD, Phil. *A right to flee. Refugees, States and the Construction of International Cooperation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. p. 111.

²⁶ HUNT, Lynn Avery. *Inventing human rights: a history*. New York: W. W. Norton & Company, 2008. p. 200. Tradução livre do original.

²⁷ BRASIL. Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945. Promulga a Carta das Nações Unidas. Da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça, assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, por ocasião da Conferência de Organização Internacional das Nações Unidas. Disponível em: <http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170725113319.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2019. Artigo 2.4. Confira: STEINER, Henry J. *International human rights in context*. New York: Oxford University Press, 2007. The UN Charter, at the pinnacle of the human rights system, has relatively little to say about the subject. But what it does say has been accorded great significance. Through interpretation and extrapolation, as well as frequent invocation, the sparse text has constituted a point of departure for inventive development in the entire movement.

²⁸ CASSESE, opus citatum, p. 64.

Nações, baseadas no respeito ao princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, as Nações Unidas favorecerão: o respeito universal e efetivo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião),²⁹ o que leva ao próximo passo na consolidação definitiva dos direitos humanos como tema da agenda global: a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) em 1948. Conforme Guilherme Almeida:

A novidade histórica, no âmbito da ONU, foi a DUDH como documento que instaura uma nova política de Direito. A viabilização dessa “nova política” tomou como modelo a Declaração de 1789 ao declarar logo no artigo primeiro que: “Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos e devem agir uns em relação aos outros com espírito de fraternidade.”³⁰

Assim, “a DUDH foi o primeiro instrumento jurídico da comunidade internacional a dirigir-se aos Estados e aos indivíduos”.³¹ Apesar da novidade da Declaração pelo seu caráter revolucionário no sistema internacional foi necessário dar à mesma os contornos efetivos (muito embora se entenda hoje que a DUDH seja norma costumeira de proteção aos direitos humanos)³² portanto:

Elaborada a DUDH, a tarefa da Comissão de Direitos Humanos da ONU era criar instrumentos jurídicos no âmbito internacional que vinculassem os Estados ao respeito aos direitos humanos. Isso foi realizado por meio dos pactos dos Direitos Humanos, a saber: Pacto de Direitos Civis e Políticos e Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Os dois foram aprovados na Assembleia Geral da ONU em 16 de dezembro de 1966, tendo entrado em vigor o Pacto de Direitos Civis e Políticos no dia 23 de março de 1976 e o Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais no dia 03 de janeiro de 1976.³³

O contexto político da época motivou a adoção de dois tratados distintos que tomados em conjunto com a DUDH se converteram no que é conhecida hoje como Carta Internacional dos Direitos Humanos (*International Bill of Rights*). Para André de Carvalho Ramos:

²⁹ BRASIL, 1945, opus citatum, artigo 55, “c”.

³⁰ ALMEIDA, opus citatum, p. 84.

³¹ Idem, ibidem, p. 85.

³² ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Corte Internacional de Justiça. *United States Diplomatic and Consular Staff in Tehran*. ICJ Reports, 1980. para. 91. Wrongfully to deprive human beings of their freedom and to subject them to physical constraint in conditions of hardship is in itself manifestly incompatible with the principles of the Charter of the United Nations, as well as with the fundamental principles enunciated in the Universal Declaration of Human Rights.

³³ ALMEIDA, opus citatum, p. 97.

O objetivo da Comissão era criar um marco normativo vinculante após a edição da DUDH. Porém, a guerra fria impediu a concretização desse objetivo somente em 1966 (quase vinte anos depois da DUDH) foram aprovados dois Pactos Internacionais: o dos Direitos Civis e Políticos e o dos Direitos Sociais Econômicos e Culturais.³⁴

A adoção da DUDH em 1948 em conjunto com as Convenções de Genebra de 1949 e seus Protocolos Adicionais e a Convenção de Genebra do Estatuto do Refugiado de 1951 refletem a proteção dos direitos humanos na seara internacional que acaba se concretizando em três grandes eixos: a) Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH) com a adoção do *International Bill of Rights* a partir da DUDH de 1948; b) Direito Internacional Humanitário (DIH) com a Convenção de Genebra de 1949 e seus Protocolos Adicionais e c) Direito Internacional dos Refugiados com a entrada da Convenção de Genebra do Estatuto do Refugiado de 1951.

Deste modo, foram lançados os alicerces do chamado sistema global de proteção aos direitos humanos que compreende não somente a Carta Internacional de Direitos Humanos [DUDH, Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP)³⁵ e Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC)³⁶ como também outros tratados multilaterais, a saber: Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial, Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher e Protocolo Facultativo, Convenção contra a Tortura e Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes que estabelece o Subcomitê de Prevenção da Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes do Comitê contra a Tortura, Convenção de Direitos da Criança e Protocolos Facultativos à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo ao envolvimento de conflitos armados e sobre os Direitos da Criança referente à venda de Crianças à prostituição infantil, Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, Convenção para a Proteção de todas as

³⁴ RAMOS, André de Carvalho. *Curso de direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 147.

³⁵ BRASIL. *Decreto nº 592, de 6 julho de 1992a. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1992/decreto-592-6-julho-1992-449004-norma-pe.html>>. Acesso em: 29 ago. 2019.

³⁶ BRASIL. *Decreto nº 591, de 6 julho de 1992b. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1992/decreto-591-6-julho-1992-449000-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 29 ago. 2019.

peças contra desaparecimento forçado³⁷ e Convenção Internacional para a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e suas Famílias,³⁸ sendo que cada Convenção tem um Comitê responsável pelo cumprimento de suas normas e seu monitoramento o que faz o que forma o mecanismo coletivo global convencional de proteção aos direitos humanos (*treaty-based system*).

Além disso, no âmbito da própria ONU foi criada a Comissão de Direitos Humanos para supervisionar o cumprimento da obrigação contida no artigo 55, “c” da Carta visando o respeito aos direitos humanos. A Comissão dos Direitos Humanos foi criada em 10 de dezembro de 1946 como um órgão subsidiário do Conselho Econômico e Social da ONU destinado para a promoção dos direitos humanos tendo entrado em funcionamento em 1947, sendo substituído pelo Conselho de Direitos Humanos diretamente subordinado à Assembleia Geral

³⁷ Respectivamente: BRASIL. *Decreto nº 65.810, de 8 de dezembro de 1969. Promulga a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-65810-8-dezembro-1969-407323-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 29 ago. 2019. BRASIL. *Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002a. Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto nº 89.460, de 20 de março de 1984*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4377.htm>. Acesso em: 29 ago. 2019. BRASIL. *Decreto nº 4.316, de 30 de julho de 2002b. Promulga o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4316.htm>. Acesso em: 29 ago. 2019. BRASIL. *Decreto nº 40, de 15 de fevereiro de 1991. Promulga a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes*. Disponível em: <http://www.lex.com.br/doc_214155-DECRETO_N_40_DE_15_DE_FEVEREIRO_DE_1991.aspx>. Acesso em: 29 ago. 2019. BRASIL. *Decreto nº 6.085, de 19 de abril de 2007. Promulga o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, adotado em 18 de dezembro de 2002*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6085.htm>. Acesso em: 29 ago. 2019. BRASIL. *Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm>. Acesso em: 29 ago. 2019. BRASIL. *Decreto nº 5.006, de 8 de março de 2004a. Promulga o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo ao envolvimento de crianças em conflitos armados*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5006.htm>. Acesso em: 29 ago. 2019. BRASIL. *Decreto nº 5.007, de 8 de março de 2004b. Promulga o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5007.htm>. Acesso em: 29 ago. 2019. BRASIL. *Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009a. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 29 ago. 2019. BRASIL. *Decreto nº 8.767, de 11 de maio de 2016a. Promulga a Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado, firmada pela República Federativa do Brasil em 6 de fevereiro de 2007*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8767.htm> Acesso em: 29 ago. 2019.

³⁸ Ainda não ratificada pelo governo brasileiro.

responsável pelo mecanismo coletivo global extraconvencional de proteção aos direitos humanos (*charter-based system*) que compreende duas facetas principais: o acesso do indivíduo aos mecanismos internacionais de proteção e procedimentos especiais (aspecto micro) e o mecanismo de revisão periódica universal (aspecto macro).³⁹

Em adição ao sistema global, após a Segunda Guerra Mundial foram criados sistemas regionais de proteção aos direitos humanos: o sistema europeu, o interamericano e o africano. Seguindo o espírito da adoção da DUDH, durante a Nona Conferência de Estados Americanos, a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem foi aprovada oito meses antes da aprovação da própria DUDH sendo que sua correlata americana proclamou vários direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.⁴⁰ Na Europa no ano de 1949 foi fundado o Conselho da Europa responsável pela adoção da Convenção Europeia de Direitos Humanos (CEDH)⁴¹ e finalmente, o sistema africano foi adotado em 1981 pela Organização da Unidade Africana que adotou a Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos sendo o mais recente dos sistemas regionais.⁴²

Claramente, o Direito Internacional dos Direitos Humanos ao longo da história foi se firmando como um ramo que se estabeleceu de forma definitiva a partir da Segunda Guerra Mundial. No entanto, há muito ainda a ser feito para que o Direito Internacional dos Direitos Humanos ganhe um efetivo respeito por parte da comunidade global. A conformidade parcial (*partial compliance*) das obrigações dos

³⁹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Assembleia Geral. *Resolução 60/251 - Criação do Conselho de Direitos Humanos*. 15 mar. 2006 e ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Conselho de Direitos Humanos (HRC). *Resolução nº 5/1 - Institution-building of the United Nations Human Rights Council*. 18 jun. 2007. Disponível em: <<http://hrlibrary.umn.edu/iwraw/Inst-building-UN.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

⁴⁰ ANTKOWIAK, Thomas M.; GONZA, Alejandro. *The American convention on human rights: essential rights*. New York: Oxford University Press, 2017. p. 5.

⁴¹ SMITH, Rhona K. M. *International human rights law*. New York: Oxford University Press, 2018. p. 98. Os direitos humanos estavam no topo da agenda da nova organização. Os Estados fundadores desenharam uma convenção em direitos humanos e liberdades fundamentais que foi aberta para assinatura em 04 de novembro de 1950, entrando em validade em setembro de 1950. Todos os estados membros do Conselho a assinaram e a ratificaram. Os idealizadores procuraram providenciar um mecanismo para a implementação dos direitos civis e políticos e liberdades como proclamadas na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

⁴² PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e justiça internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2017b. p. 237. Com efeito, basta atentar ao fato de que a Convenção Europeia de Direitos Humanos foi adotada em 1951, tendo entrado em vigor em 1953. A Convenção Americana foi adotada em 1969, entrando em vigor em 1978. Já a Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos somente foi adotada em 1981, passando a vigorar em 1986.

Estados na matéria, especificamente das decisões oriundas de tribunais internacionais pode levar ao descrédito e erosão de um sistema que levou gerações para ser edificado.

Esta tese tem o escopo de levantar a questão da *partial compliance* no Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH), especificamente das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) que condenam o Brasil por violação de direitos humanos.

Para tanto, tal trabalho está disposto nos seguintes capítulos: a seção II delineará o histórico da proteção dos direitos humanos na esfera global até os dias atuais a partir da consagração do paradigma hobbesiano-westphaliano até sua fricção em prol da proteção do indivíduo na ordem global; a seção III terá como objetivo estudar as diferentes teorias de relações internacionais voltadas à governança global e, em especial aos regimes de proteção aos direitos humanos; a seção IV, a seu turno, vai especificar os edifícios jurídico-institucionais global e interamericano de proteção aos direitos humanos expor suas particularidades formais; a seção V analisará o impacto material das decisões advindas tanto da Corte Interamericana quanto da Corte Europeia de Direitos Humanos (Corte EDH); a seção VI, por sua vez, estudará cada uma das decisões tomadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos envolvendo o Estado brasileiro e responderá se houve cumprimento por parte da República Federativa do Brasil; a seção VII terá como foco a responsabilidade internacional em caso de não cumprimento de decisões advindas de tribunais internacionais de direitos humanos. Finalmente, a conclusão proporá alguns modos de evitar o *partial compliance* não somente por parte do Estado brasileiro, mas de outros Estados com o intuito de fortalecimento do sistema interamericano de direitos humanos.

SEÇÃO VIII - CONCLUSÃO

A existência de um sistema internacional para proteção dos direitos humanos é uma invenção recente e ainda passará por muitos testes. Os paradigmas hobbesianos-westphalianos que datam desde 1648 e se estendem até a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 se revelam muito resistentes muito embora já tenham se rendido em alguns pontos a noção de uma comunidade global. Certamente, nesta comunidade, o indivíduo tem voz mesmo contra os Estados. Afinal de contas, por meio do mecanismo de petições a organismos internacionais que denunciam violações de direitos humanos chegou-se a uma construção impensável há tempos: dar legitimidade a pessoas para falar contra Estados no cenário internacional. Como demonstra Cançado Trindade em voto no caso *Castillo Petruzzi e outros vs. Peru*:

O direito de petição individual é uma conquista definitiva do Direito Internacional dos Direitos Humanos. É da própria essência da proteção internacional dos direitos humanos a contraposição entre os autores e os Estados demandados em casos de supostas violações dos direitos protegidos. Foi precisamente nesse contexto de proteção que foi realizado o resgate histórico da posição do ser humano como sujeito do Direito Internacional dos Direitos Humanos, dotado de plena capacidade processual internacional.

Três séculos de um sistema internacional cristalizado, a partir dos tratados de paz da Vestfália (1648), baseados na coordenação de estados-nação independentes, na justaposição de soberania absoluta, levaram à exclusão dessa ordem de indivíduos como sujeitos de direitos. No nível internacional, os Estados assumiram o monopólio da propriedade dos direitos; os indivíduos, para sua proteção, ficaram inteiramente à mercê da intermediação discricionária de seus Estados nacionais. A ordem internacional assim erigida - que os excessos do positivismo jurídico tentaram em vão justificar - excluiu precisamente o destinatário final das normas legais: o ser humano.⁴⁵⁷

⁴⁵⁷ CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS (Corte IDH). *Castillo Petruzzi y otros vs. Perú*. 4 de setembro de 1998 - Exceções Preliminares, Voto separado juiz Cançado Trindade, Série C, n. 41, 1998b. paras 5-6. El derecho de petición individual es una conquista definitiva del Derecho Internacional de los Derechos Humanos. Es de la propia esencia de la protección internacional de los derechos humanos la contraposición entre los individuos demandantes y los Estados demandados en casos de supuestas violaciones de los derechos protegidos. Fue precisamente en este contexto de protección que se operó el *rescate histórico* de la posición del ser humano como sujeto del Derecho Internacional de los Derechos Humanos, dotado de plena capacidad procesal internacional. Tres siglos de un ordenamiento internacional cristalizado, a partir de los tratados de paz de Westfalia (1648), con base en la coordinación de Estados-naciones independientes, en la juxtaposición de soberanías absolutas, llevaron a la exclusión de aquel ordenamiento de los individuos como sujetos de derechos. En el plano internacional, los Estados asumieron el monopolio de la titularidad de derechos; los individuos, para su protección, fueron dejados enteramente a merced de la intermediação discrecional de sus Estados nacionales. El ordenamiento internacional así erigido, - que los excesos del positivismo jurídico intentaron en vano justificar, - de él excluyó precisamente el destinatario último de las normas jurídicas: el ser humano.

No entanto, os compromissos firmados pelos Estados no âmbito global devem ser respeitados sob pena de deslegitimar um sistema que tem na credibilidade um de seus pontos nucleares. Muito se avançou para permitir que uma vítima ou uma coletividade possa ver seus direitos humanos reconhecidos contra um Estado. Guerras foram travadas e crimes contra a humanidade foram cometidos até que finalmente se chegasse a uma edificação normativa-institucional destinada à proteção dos direitos humanos. Passados mais de 70 anos da confecção da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem é necessário fazer um balanço do que foi melhorado e do que ainda pode melhorar.

Sem dúvida, como já reiterado os Estados não querem ser vistos como violadores de direitos humanos. Existe um conjunto de regras e princípios norteadores insculpidos nos diversos tratados internacionais de direitos humanos que não permite aos Estados agirem em um cenário de real política. Neste sentido, o caso *Gâmbia vs. Myanmar* aqui referido é emblemático: trata-se de um caso no qual um Estado vai à Corte Internacional de Justiça visando à proteção de uma etnia que se encontra, em tese, perseguida no território de outro Estado em outro continente, o que era impensável há setenta anos atrás. Logo, para estudar as relações internacionais atualmente não se pode dispensar o estudo do conjunto de normas que regem as várias áreas de tais relações, inclusive àquelas pertinentes à proteção dos direitos humanos. Estudar as relações globais pelo prisma cego do realismo torna-se uma análise míope e despida de valores que a comunidade internacional já reputa como legítimos, ou seja, aqueles valores destinados à salvaguarda do indivíduo frente aos Estados.

Com isso, temos que um sistema destinado à proteção dos direitos humanos como o sistema interamericano com suas regras e princípios já superou a fase de legitimação no ordenamento jurídico dos Estados a partir do momento que os mesmos incorporam tais normas em seus ordenamentos jurídicos. A chamada “interpretação nacionalista” dos tratados vai de encontro a tal legitimidade, o que revela um grande equívoco (intencional) de ir de encontro ao que foi decidido de modo soberano pelo Estado ao assinar e ratificar aceitando assim as regras que aquele sistema em particular impõe. Uma das regras é aceitar a interpretação ditada pelo órgão responsável pela implementação das regras da Convenção, no caso do SIDH, a CIDH e a Corte IDH.

Em relação à eficácia das decisões oriundas da Corte IDH no Brasil, é necessário que se tenha um diálogo institucional permanente de preferência via autoridade central (ou fortalecer ainda mais o que já está disposto dentre as atribuições do CNDH) para ter se ter um fluxo constante de informações não só com órgãos da Administração Direta (*inter alia* Advocacia Geral da União e Ministério das Relações Exteriores) mas também com entes da federação. As determinações da Corte IDH como já destacado são obrigações liquidas e certas e prescindem de homologação (reservado às sentenças estrangeiras oriundas de outros Estados). No entanto, o que se nota com a execução de tais julgados são soluções *ad hoc* que dependem de muitos atores para serem resolvidas de modo que a vítima após ter litigado por anos a fio tanto na CIDH quanto na Corte IDH novamente se sente em um emaranhado burocrático para receber sua medida de reparação.

Tais ações desprestigiam o sistema interamericano e geram pelo menos no Brasil um déficit de legitimidade e de eficácia. Por tudo que foi demonstrado com evidências é possível chegar à conclusão que o Brasil deve através de seu aparato normativo institucional evitar a “interpretação nacionalista” dos tratados internacionais de direitos humanos, assim como deve procurar estabelecer mecanismos jurídico-institucionais (mas que evitem tocar no obvio como por exemplo confeccionar leis que visem tornar obrigatórias as decisões da Corte IDH quando as mesmas já guardam tal qualidade) para cumprir as decisões da Corte IDH na integra evitando assim o *partial compliance*, ou pior, a ausência total de cumprimento.

Somente adotando tais medidas é que se evitará que o Estado brasileiro seja responsabilizado internacionalmente por um quadro maciço de violação a direitos humanos conforme as obrigações *erga omnes partes* e os ditames do Direito Internacional. Muito embora o Brasil tenha sido condenado em oito casos no sistema a perspectiva é que o Estado enfrentará futuras condenações (tendo em vista que o reconhecimento da jurisdição da Corte IDH se deu em 1998) e necessita estar preparado para dar as medidas de reparação ordenadas pela Corte às vítimas. Encaminhar às vítimas após terem seus direitos reconhecidos em foros internacionais como a Corte IDH a cenários kafkanianos vai de encontro à letra da Convenção Americana de Direitos Humanos e a tudo o que foi pactuado em termos de implementação das decisões. Como diria o poeta peruano Cesar Vallejo: *¡Ah desgraciadamente, hombres humanos, hay, hermanos, muchísimo que hacer!*

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme Assis de. *A proteção da pessoa humana no direito internacional*. São Paulo: CLA, 2018.

AMIR, Gal. 1648 or 1948: no room for Westphalia in the Middle-East. *Journal of European History of Law*, n. 1, p. 99-107, 2018.

ANTKOWIAK, Thomas M.; GONZA, Alejandro. *The American convention on human rights: essential rights*. New York: Oxford University Press, 2017.

ARAMBULO, Kitty. Drafting an optional protocol to the international covenant on economic, social and cultural rights: can an ideal become reality. *U.C. Davis Journal of International Law & Policy*, 1996.

BANTEKAS, Ilias; OETTE, Lutz. *International human rights: law and practice*. Cambridge: Cambridge University Press. 2. ed. 2016.

BOGDANDY, Armin von. *Ius constitutionale commune em America Latina: observations on transformative constitutionalism in transformative constitutionalism in Latin America*. Oxford: OUP, 2017.

BRASIL. *Decreto nº 13.990, de 12 de janeiro de 1920. Promulga o Tratado de Paz entre os países aliados, associados e o Brasil de um lado e de outro a Alemanha, assinado em Versailles em 28 de junho de 1919*. Acesso em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-13990-12-janeiro-1920-540701-norma-pe.html>>. Acesso em: 29 ago. 2019.

_____. *Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945. Promulga a Carta das Nações Unidas. Da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça, assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, por ocasião da Conferência de Organização Internacional das Nações Unidas*. Disponível em: <http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170725113319.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2019.

_____. *Decreto nº 4.316, de 30 de julho de 2002b. Promulga o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4316.htm>. Acesso em: 29 ago. 2019.

_____. *Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002a. Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto no 89.460, de 20 de março de 1984*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4377.htm>. Acesso em: 29 ago. 2019.

_____. *Decreto nº 40, de 15 de fevereiro de 1991. Promulga a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes*. Disponível em: <http://www.lex.com.br/doc_214155_DECRETO_N_40_DE_15_DE_FEVEREIRO_DE_1991.aspx>. Acesso em: 29 ago. 2019.

_____. *Decreto nº 5.006, de 8 de março de 2004a. Promulga o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo ao envolvimento de crianças em conflitos armados.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5006.htm>. Acesso em: 29 ago. 2019.

_____. *Decreto nº 5.007, de 8 de março de 2004b. Promulga o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5007.htm>. Acesso em 29 ago. 2019.

_____. *Decreto nº 591, de 6 julho de 1992b. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação.* Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1992/decreto-591-6-julho-1992-449000-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 29 ago. 2019.

_____. *Decreto nº 592, de 6 julho de 1992a. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos. Promulgação.* Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1992/decreto-592-6-julho-1992-449004-norma-pe.html>>. Acesso em: 29 ago. 2019.

_____. *Decreto nº 6.085, de 19 de abril de 2007. Promulga o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, adotado em 18 de dezembro de 2002.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6085.htm>. Acesso em: 29 ago. 2019.

_____. *Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 29 ago. 2019.

_____. *Decreto nº 65.810, de 8 de dezembro de 1969. Promulga a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial.* Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-65810-8-dezembro-1969-407323-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 29 ago. 2019.

_____. *Decreto nº 7.030, de 14 de dezembro de 2009b. Promulga a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, concluída em 23 de maio de 1969, com reserva aos Artigos 25 e 66.* Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/820608/decreto-7030-09>>. Acesso em: 12 out. 2019.

_____. *Decreto nº 8.767, de 11 de maio de 2016a. Promulga a Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado, firmada pela República Federativa do Brasil em 6 de fevereiro de 2007.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8767.htm> Acesso em: 29 ago. 2019.

_____. *Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm>. Acesso em: 29 ago. 2019.

_____. *Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm>. Acesso em: 29 ago. 2019.

_____. *Lei nº 12.986, de 2 de junho de 2014. Transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH; revoga as Leis nºs 4.319, de 16 de março de 1964, e 5.763, de 15 de dezembro de 1971; e dá outras providências.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12986.htm>. Acesso em 25. fev. 2010.

_____. Ministério Público Federal. *PGR envia ao STJ pedido de federalização de processos da chacina na comunidade Nova Brasília.* 9 set. de 2019. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pgr-envia-ao-stj-pedido-de-federaliza-cao-dos-processos-da-chacina-na-comunidade-nova-brasilia>>. Acesso em: 2 fev. 2020.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial nº 1.351.177/PR.* Voto Ministro Rogério Schietti Cruz. j. 15 mar. 2016b.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *REsp 1.798.903-RJ.* j. 25 set. 2019.

_____. Supremo Tribunal Federal. *ADI nº 1.480.* Rel. Min. Celso de Mello. DJU 13 mai. 1998.

_____. Tribunal Superior Eleitoral. *RCAND nº 0600903-50.2018.6.00.0000.* 1 set. 2018.

BUTLER, Israel de Jesus. A Comparative Analysis of individual petition in regional and global human rights protection mechanisms. *University of Queensland Law Journal*, v. 23, n. 1, p. 22-53, 2004.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional e teoria da constituição.* 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

_____. *Direito constitucional e teoria da constituição.* 6. ed. Coimbra: Almedina, 1993.

_____. Dos direitos individuais ao direito à paz. Entre a paz perpétua e a tópica política. *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, v. 84, p. 25-33, 2008.

CASELLA, Paulo Borba. *Direito internacional no tempo clássico.* São Paulo: Atlas, 2015.

CASSESE, Antonio. States: rise and decline of the primary subjects of the international community. In: FASSBENDER, Bardo; PETERS, Anne. *The Oxford Handbook of the History of International Law.* Oxford: Oxford University Press, 2012.

CAVALLARO, James; SANDOVAL, Clara; VARGAS, Claret; DUHAIME, Bernard. *Doctrine, practice and advocacy in the Inter-American Human Rights System*. New York: Oxford University Press, 2019.

COMISSÃO INTERAMERICANA DOS DIREITOS HUMANOS (CIADH). *Carta da Organização dos Estados Americanos*. 119 UNTS 3, 1948.

_____. *Carta Democrática Interamericana*, 2001.

COMITÉ DE DIREITOS HUMANOS. *Nabil Sayadi e Patricia Vinck versus Bélgica* (Comunicação 1472/2006. j. 22 de outubro de 2008.

CONCI, Luiz Guilherme Arcaro. O controle de convencionalidade como parte de um constitucionalismo transnacional fundado na pessoa humana. *Revista de Processo*, v. 232, p. 363, jun. 2014.

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS (CEDH). *Andronicou and Constantinou vs. Chipre*. 9 de outubro de 1997, 25052/91, 1997.

_____. *Handyside vs. Reino Unido*. 7 de dezembro de 1976.

_____. *Louzidou vs. Turkey*. 23 de março de 1995 - Preliminary objections, 1995.

_____. *Öcalan vs. Turkey*. 12 de maio de 2005 - Grand Chamber - Judgement, 2005. Disponível em: <<https://www.legal-tools.org/doc/0a0089/pdf/>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

_____. *Relating to Certain Aspects of the Laws on the use of Languages in Education in Belgium vs. Beligum*. 23 de julho de 1968 - Merits, 1968.

_____. *Shchiborshch and Kuzmina vs. Russia*. 16 de janeiro de 2014.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (Corte IDH). *Aguado-Alfaro e outros vs. Peru*. 24 de novembro de 2006 - Mérito, Reparação e Custas, Série C, n. 158, 2006d.

_____. *Almonacid Arrelano y otros vs. Chile*. 26 de setembro de 2006 - Exceções Preliminares, Mérito, Reparação e Custas, Série C, n. 154, 2006a.

_____. *Atala Riffo y Niñas vs. Chile*. 24 de fevereiro 2012 - Mérito, Reparações e Custas, Série C, n. 239, 2012a.

_____. *Baena Ricardo y otros vs. Panamá*. 28 de novembro de 2003 - Competência. Série C, n. 104, 2003b.

_____. *Cantos vs. Argentina*. 7 de setembro de 2001 - Exceções Preliminares, Série C, n. 85, 2001.

_____. *Caso de las niñas Yean y Bosico vs. República Dominicana*. Sentença de 8 de setembro de 2005, Série C, n. 130, 2005a.

_____. *Castillo Petruzzi y otros vs. Perú*. 4 de setembro de 1998 - Exceções Preliminares, Voto separado juiz Cançado Trindade, Série C, n. 41, 1998b.

_____. *Escher e outros vs. Brasil*. 6 de julho de 2009 - Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas, Série C, n. 200, 2009d.

_____. *Escher e outros vs. Brasil*. 19 de junho de 2012 - Supervisão de cumprimento de sentença, 2012b.

_____. *Favela Nova Brasília vs. Brasil*. 16 de fevereiro de 2017 - Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas, Série C, n. 333, 2017a.

_____. *Favela Nova Brasília vs. Brasil*. 9 de outubro de 2019 - Supervisão de Cumprimento de Sentença, 2019c.

_____. *Garibaldi vs. Brasil*. 23 de setembro de 2009 - Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas, Série C, n. 203, 2009d.

_____. *Garibaldi vs. Brasil*. 20 de fevereiro de 2012 - Supervisão de cumprimento de sentença, 2012c.

_____. *Gelman vs. Uruguai*. Sentença de 24 de fevereiro de 2011 - Mérito e Reparações, Série C, n. 221, 2011.

_____. *Gomes Lund et al (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil*. 24 de novembro de 2010 - Objeções Preliminares, Mérito, reparação e Custas, 2010a.

_____. *Gomes Lund vs. Brasil*. 17 de outubro de 2014 - Supervisão de Cumprimento de sentença, 2014.

_____. *González e outras (“Campo Algodero”) vs. México*. 16 de novembro de 2009 - Exceção Preliminar, Mérito, Reparação e Custas, Série C, n. 205, 2009c.

_____. *Herzog e outros vs. Brasil*. 15 de março de 2018 - Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas, Série C, n. 353, 2018b.

_____. *Loayza Tamayo vs. Peru*. 27 de novembro de 1998 - Reparação e Custas, Série C, n. 42, 1998a.

_____. *Myrna Mack Chang vs. Guatemala*. 25 de novembro de 2003 - Mérito, Reparação e Custas. Opinião Concorrente do Juiz Sérgio García Ramírez, Série C, n. 101, 2003a.

_____. *Opinião Consultiva OC-2/8 - Parecer Consultivo sobre o efeito das reservas sobre a entrada em vigor da Convenção Americana de Direitos Humanos (Artigos 74 e 75)*. 24 de setembro de 1982, Série A, n. 2, 1982.

_____. *Opinião Consultiva OC-14/94 - Responsabilidade Internacional por expedição e aplicação de leis violatórias da Convenção (Artigos 1 e 2 da Convenção Americana de Direitos Humanos)*. 9 de dezembro de 1994, Série A, n. 14, 1994.

_____. Opinión Consultiva OC-23/17 de 15 de noviembre de 2017 - Medio ambiente y derechos humanos (*obligaciones estatales en relación con el medio ambiente en el marco de la protección y garantía de los derechos a la vida y a la integridad personal - interpretación y alcance de los artículos 4.1 y 5.1, en relación con los artículos 1.1 y 2 de la Convención Americana sobre Derechos Humanos*). Série A, n. 23, 2017b.

_____. Pedido de parecer consultivo - Obrigações em matéria de direitos humanos de um estado que denunciou a Convenção Americana de Direitos Humanos e que tenta retirar-se da OEA. abr. 2019. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/sol_oc_26_por.pdf> Acesso em: 29 ago. 2019a.

_____. *Povo Indígena Xucuru e seus membros vs. Brasil*. 5 de fevereiro de 2018 - Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas, Série C, n. 346, 2018a.

_____. *Povo Indígena Xucuru e seus membros vs. Brasil*. 22 de novembro de 2019 - Supervisão de cumprimento de sentença, 2019d.

_____. *Radilla Pacheco vs. México*. 23 de novembro de 2009 - Objeções Preliminares, Mérito, Reparação e Custas, Série C, n. 209, 2009b.

_____. *Reglamento da Corte Interamericana de Derechos Humanos*. 24 de novembro de 2009a. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/sitios/reglamento/nov_2009_por.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2020.

_____. *Tibi vs. Equador*. 7 de setembro de 2004 - Objeções Preliminares, Mérito, Reparação e Custas. Opinião Concorrente do Juiz Sérgio García Ramirez, Série C, n. 114, 2004.

_____. *Trabajadores Cesados del Congreso (Aguado Alfaro y otros) vs. Perú*. 24 de novembro de 2006 - Exceções Preliminares, Mérito, Reparação e Custas, Série C, n. 158, 2006b.

_____. *Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde vs. Brasil*. 2 de outubro de 2016 - Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas, Série C, n. 318, 2016.

_____. *Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde vs. Brasil*. 22 de novembro de 2019 - Supervisão de Cumprimento de sentença, 2019b.

_____. *Vargas Areco vs. Paraguay*. 26 de setembro de 2006 - Mérito, Reparação e Custas. Opinião Concorrente do Juiz Sérgio García Ramirez, Série C, n. 155, 2006c.

_____. *Velásquez Rodríguez vs. Honduras*. 21 de julho de 1989 - Reparações e Custas, Série C, n. 7, 1989.

_____. *Velásquez Rodríguez vs. Honduras*. 26 de junho de 1987 - Exceções Preliminares. Sentença, Série C, n. 1, 1987.

_____. *Ximenes Lopes vs. Brasil*. 4 de julho de 2006 - Mérito, Reparações e Custas, Voto em separado Juiz Antônio Augusto Cançado Trindade, Série C, n. 149, 2006e.

_____. *Ximenes Lopes vs. Brasil*. 30 de novembro de 2005 - Exceção Preliminar, Série C, n. 139, 2005b.

_____. *Ximenes Lopes vs. Brasil*. 10 de julho de 2006 - Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas, Série C, n. 149, 2006f.

_____. *Ximenes Lopes vs. Brasil*. 4 de julho de 2006 - Mérito, Reparações e Custas, Série C, n. 149, 2006g.

_____. *Ximenes Lopes vs. Brasil*. 2 de maio de 2008 - Supervisão de cumprimento de sentença, 2008.

_____. *Ximenes Lopes vs. Brasil*. 21 de setembro de 2009 - Supervisão de cumprimento de sentença, 2009e.

_____. *Ximenes Lopes vs. Brasil*. 17 de maio de 2010 - Supervisão de cumprimento de sentença, 2010b.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. *Ahmadou Sadio Diallo (Republic of Guinea vs. Democratic Republic of the Congo)*. 30 de novembro 2010.

CORTE PERMANENTE DE JUSTIÇA INTERNACIONAL. *Certain German interests in Polish Upper Silesia*. 25 de maio de 1932 - Merits, P.C.I.J., Série A, n. 7, 1932.

_____. *The Factory at Chorzów*. 13 Setembro 1928 - Julgamento (Mérito), 1928.

COSTELLOE, Daniel. Peremptory norms and their legal consequences as a feature of general international law. In: _____. *Legal consequences of peremptory norms in international law (Cambridge studies in international and comparative law)*. Cambridge: Cambridge University Press. 2017. p. 1-53.

DUCHHARDT, Heinz. From the peace of Westphalia to the Congress of Vienna. In: FASSBENDER, Bardo; PETERS, Anne. *The Oxford Handbook of the History of International Law*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

DULITZKY, Ariel E. An Inter-American Constitutional Court - The Invention of the Conventionality Control by the Inter-American Court of Human Rights. *Texas International Law Journal*, n. 50, v. 45, 2015.

DUNNE, Tim; SCHMIDT, Brian C. *"Realism" in the globalization of world politics: an introduction to international relations* 3. ed. New York: OUP, 2006.

DUTTON, Yvonne M. Commitment to international human rights treaties: the role of enforcement mechanisms. *University of Pennsylvania Journal of International Law*, v. 34, n. 1, p. 1-66, 2012.

FARIA, José Eduardo. *O direito na economia globalizada*. São Paulo: Malheiros, 1999.

FERNANDÉZ, Joaquín Alcaíde. Hostes humani generis: pirates, slavers and other criminals. In: FASSBENDER, Bardo; PETERS, Anne. *The Oxford Handbook of the History of International Law*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

FIGUEIRA, Denise Caldas. Nota SAJ nº 219/03-DCF. *Revista Jurídica da Presidência*, v. 7, n. 77, 2006.

FIKFAK, Veronika. Changing state behaviour: damages before the European Court of Human Rights. *The European Journal of International Law*, v. 29, n. 4, p. 1091-1125, 2018.

FORNASIER, Mateus de Oliveira.; MENDES, Tiago Meyer. Constitutionalism and globalization: between internal and external legal orders. *Revista Brasileira Estudos Políticos*, n. 113, p. 533-570, jul./dez. 2016.

GERARDS, Janneke. *General Principles of the European Convention on Human Rights*. New York: Cambridge University Press, 2019.

GOODHART, Michael (ed.). *Human Rights: politics and practice*. Oxford: OUP, 2016.

GORMLEY, W Paul. The emerging protection of human rights by the international labour organization. *Albany Law Review*, v. 13, n. 30, 1966.

GROSS, Leo. The Peace of Westphalia, 1648-1948. *The American Journal of International Law*, v. 42, n. 1, p. 20-41, 1948.

GROSSMAN, Claudio; CAMPO, Agustina del.; TRUDEAU, Mina A. *International law and reparations: the inter-american system*. Atlanta: Clarity Press, 2018.

GUERRA, Sidney. *O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos e o controle de convencionalidade*. São Paulo: Atlas, 2013.

HAFNER-BURTON, Emilie. Trading human rights: how preferential trade agreements influence government repression. *International Organization*, v. 59, n. 3, p. 593-629, 2005.

HARRINGTON, Alexandra R. Don't mind the gap: the rise of individual complaint mechanisms within international human rights treaties, *Duke Journal of Comparative & International Law*, v. 22, n. 2, p. 153-182, 2012.

HASSAN, Daud. Rise of the Territorial State and the Treaty of Westphalia. *The Yearbook of New Zealand Jurisprudence*, v. 9, p. 62-70, 2006.

HAVERCROFT, Jonathan. Was Westphalia 'all that'? Hobbes, Bellarmine, and the norm of non-intervention. *Global Constitutionalism*, v. 1, n. 1, p. 120-140, 2012.

HAWKINS, Darren; JACOBY, Wade. Partial compliance: a comparison of the European and Inter-American courts of human rights. *Journal of International Law & International Relations*, n. 6, v. 1, p. 35-85, 2010.

HENDERSON, Christian. *The use of force and international law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

HERNANDEZ, Gleider. *International law*. New York: Oxford, 2019.

HERREN, Madelien. International organizations 1865-1945. In: COGAN, Jacob Katz; HURD, Ian; JOHNSTONE, Ian. *The Oxford handbook of international organizations*. Oxford: OUP, 2016.

HITTERS, Juan Carlos. Um avance en el control de convencionalidad (el efecto erga omnes de las sentencias de la Corte Interamericana). *Revista de Processo*, v. 39, n. 234, p.345-61, ago. 2014.

HOBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções (1789-1848)*. Tradução Maria L. Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

HOBSBAWM, Eric J. *A era dos impérios (1875-1914)*. Tradução Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo; revisão técnica Maria Célia Paoli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

HUNT, Lynn Avery. *Inventing human rights: a history*. New York: W. W. Norton & Company, 2008.

INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS. *Convention (II) with Respect to the Laws and Customs of War on Land and its annex: Regulations concerning the Laws and Customs of War on Land. The Hague, 29 July 1899*. Disponível em: <<https://ihl-databases.icrc.org/applic/ihl/ihl.nsf/Article.xsp?action=openDocument&documentId=9FE084CDAC63D10FC12563CD00515C4D>>. Acesso em: 20. ago. 2018.

JESSOP, Bob. *The state: past, present, future*. Cambridge: Polity Press, 2015.

KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. *Ordem mundial*. Tradução Cláudio Figueiredo. Rio de Janeiro: Obejtiva, 2015.

KLOSKO, George. *History of political theory: an introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2013. v. 2.

KOH, Harold Hongju. Why do nations obey international law. *Yale Law Journal*, v. 6, n. 2599, p. 2655-2656, 1997.

KOLB, Robert. The protection of the individual in times of war and peace. In: FASSBENDER, Bardo; PETERS, Anne. *The Oxford Handbook of the History of International Law*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

KÓVACS, Péter. The protection of Minorities under the auspices of the League of Nations. In: FASSBENDER, Bardo; PETERS, Anne. *The Oxford Handbook of the History of International Law*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

KRÛGER, Peter. From the Paris Peace Treaties to the end of second world war. In: FASSBENDER, Bardo; PETERS, Anne. *The Oxford Handbook of the History of International Law*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

LEGALE, Siddharta. *A Corte Interamericana de Direitos Humanos como tribunal constitucional*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

MAC-GREGOR, Eduardo Ferrer. The conventionality control as a core mechanism of the ius constitutionale commune. In: BOGDANDY, Armin von; MAC-GREGOR, Eduardo Ferrer; ANTONIAZZI, Mariela Morales; PIOVESAN, Flávia; SOLEY, Ximena. *Transformative constitutionalism in Latin America*. Oxford: OUP, 2017.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. *Direitos humanos na jurisprudência internacional*. São Paulo: Método, 2019.

MCINERNEY-LANKFORD, Siobhán. *Entry into force of the New Optional Protocol to the ICESCR*. 28 jun. 2013. Disponível em: <<http://ohrh.law.ox.ac.uk/entry-into-force-of-the-new-optional-protocol-to-the-icescr/>>. Acesso em: 5 jul 2019.

MILANOVIC, Marko. *Extraterritorial application of human rights treaties*. New York: Oxford University Press, 2011.

O'BOYLE, Michael; LAFFERTY, Michelle. General principles and constitutions as sources of Human Rights Law. In: SHELTON, Dinah. *The Oxford handbook of the international human rights law*. Oxford: OUP, 2013.

ORCHARD, Phil. *A right to flee. Refugees, States and the Construction of International Cooperation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *A/CONF.157/23 - Vienna Declaration and Programme of Action*. 12 jul. 1993.

_____. *Assembleia Geral - A/RES/60/147 - Basic principles and guidelines on the right to a remedy and reparation for victims of gross violations of international human rights law and serious violations of international humanitarian law*. 16 dez. 2005.

_____. *Assembleia Geral. Resolução nº 44*. 8 dez. 1946.

_____. *Assembleia Geral. Resolução nº 265*. 14 mai 1949.

_____. *Assembleia Geral. Resolução nº 395*. 2 dez. 1950.

_____. *Assembleia Geral. Resolução nº 511*. 12 jan. 1952.

_____. *Assembleia Geral. Resolução nº 719*. 11 nov. 1953.

_____. *Assembleia Geral. Resolução nº 820*. 14 dez. 1954.

_____. Assembleia Geral. *Resolução 60/251 - Criação do Conselho de Direitos Humanos*. 15 mar. 2006.

_____. Comissão de Direito Internacional. *Projeto de artigos sobre responsabilidade dos estados por atos internacionalmente ilícitos*, 2001.

_____. *Conferência sobre o Direito dos Tratados, artigo 28 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados*. 1155 United Nations Treaty Series 18232. 23 mai. 1969.

_____. Conselho de Direitos Humanos (HRC). *Resolução nº 5/1 - Institution-building of the United Nations Human Rights Council*. 18 jun. 2007. Disponível em: <<http://hrlibrary.umn.edu/iwraw/Inst-building-UN.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

_____. Conselho de Segurança. *Resolução nº 554*. 17 ago. 1984.

_____. Conselho de Segurança. *Resolução nº 134*. 1 abr. 1960.

_____. Corte Internacional de Justiça. *Jurisdictional Immunities of the State (Germany vs. Italy: Greece intervening)*. Judgement in 3 fev. 2012b.

_____. Corte Internacional de Justiça. *Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (The Gambia vs. Myanmar)*. 23 jan. 2020 - Request for the indication of provisional measures, 2020.

_____. Corte Internacional de Justiça. *Questions relating to the Obligation to Prosecute or Extradite (Belgium vs. Senegal)*. Judgement in 20 jul. 2012a.

_____. Corte Internacional de Justiça. *United States Diplomatic and Consular Staff in Tehran*. ICJ Reports, 1980.

_____. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 10 dez. 1948.

_____. *Estatuto da Corte Internacional de Justiça*. 26 jun. 1945.

_____. *Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos*. 16 dez. 1966a.

_____. *Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais*. 19 dez. 1966b.

_____. UN Documentation: Human Rights. Disponível em: <<https://research.un.org/en/docs/humanrights/treaties>>. Acesso em: 5 jul. 2019.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Comissão Interamericana de Direitos Humanos. *Regras de Procedimento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos*. 2002.

_____. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. *Informe nº 122/10*, 2010.

_____. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. *Informe nº 64/15*, 2015a.

_____. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. *Informe nº 88/03*, 2003.

- _____. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. *Informe nº 73/12*, 2012.
- _____. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. *Informe nº 90/03*, 2003a.
- _____. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. *Informe nº 69/08 - Admissibilidade*, 2008.
- _____. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. *Informe nº 67/15*, 2015.
- _____. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. *Informe nº 43/06*, 2006.
- _____. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. *Informe nº 95/03*, 2003b.
- _____. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. *Relatório nº 54/01*, 2001.
- _____. *Convenção Americana de Direitos Humanos*. 1144 United Nations Treaty Series 17955. 22 nov. 1969.

PASQUALUCCI, Jo. *The practice and procedure of the Inter-American Court of Human Rights*. New York: Cambridge University Press, 2013.

PÉREZ, Edward Jesús. La supervisión del cumplimiento de sentencias por parte de la Corte Interamericana de Derechos Humanos y algunos aportes para jurisdicciones nacionales. In: *Anuario de Derecho Constitucional Latinoamericano*. Colombia: Fundación Konrad Adenauer, 2018. p. 337-362.

PETERS, Anne; PETER, Simone. International organizations: between technocracy and democracy. In: FASSBENDER, Bardo; PETERS, Anne. *The Oxford Handbook of the History of International Law*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

PINTO, Monica Fragmentation or Unification among International Institutions: Human Rights Tribunals. *New York University Journal of International Law and Politics*, v. 31, p. 833-842, 1999.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e justiça internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2017b.

_____. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2017a.

_____. *Ius constitutionale commune en America Latina: contexts, challenges and perspectives in transformative constitutionalism in Latin America*. Oxford: OUP, 2017c.

RAMIREZ, Sergio Garcia. *The American human rights navigation: towards a ius commune in transformative constitutionalism in Latin America*. Oxford: OUP, 2017.

RAMOS, André de Carvalho. *Curso de direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 2014.

_____. *Processo internacional dos direitos humanos*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. *Processo internacional dos direitos humanos*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

_____. *Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

_____. *Curso de direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 2020.

RODLEY, Nigel S. The role and impact of treaty bodies. In: SHELTON, Dinah. *The Oxford handbook of the international human rights law*. Oxford: OUP, 2013.

SCHUTTER, Olivier de. *International human rights law: cases, materials, commentary*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

SHAW, Malcolm. *International law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

SIKKINK, Kathryn. *Evidence for hope: making human rights work in the 21st century*. New Jersey: Princenton University Press, 2017.

SLAUGHTER, Anne-Marie. The technology principal theories of international relations. In: Académie de Droit International de la Ha. *Collected Courses of the Hague Academy of International Law*, v. 285, p. 21-54, 2000.

SMITH, Rhona K. M. *International human rights law*. New York: Oxford University Press, 2018.

STEIGER, Heinhard. From the international law of christianity to the international law of the world citizen – Reflections on the formation of the epochs of the history of international law. *Journal of the History of International Law*, n. 3, p. 180-193, 2001.

STEINER, Henry J. *International human rights in context*. New York: Oxford University Press, 2007.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *International law for mankind: towards a jus gentium*. 2. ed. Haia: Maritnus Nijhoff Publishers, 2003.

_____. *The acces of Individuals to International Justice*. New York: Oxford, 2011.

TZANAKOPOULOS, Antonios. Collective Security and Human Rights. In: WET, Erika de; VIDMAR, Jure (Eds.). *Hierarchy in international law: the place of human rights*. Oxford: OUP, 2012.

VAN DIJK, Pieter; VAN HOOFF, Godefridus. J. H. *Theory and practice of the European Convention on Human Rights*. 3. ed. Kluwer: The Hague, 1998.

VEC, Milos. From the Congress of Vienna to the Paris Peace Treaties of 1919. In: FASSBENDER, Bardo; PETERS, Anne. *The Oxford Handbook of the History of International Law*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

VIEIRA, Oscar Vilhena (Coord.). *Implementação das recomendações e decisões do sistema interamericano de direitos humanos no Brasil: institucionalização e política*. São Paulo: Direito GV, 2013.

WHEATLEY, Steve. *The idea of international human rights law*. New York: OUP, 2019.

YERGIN, Daniel. *O petróleo: uma história mundial de poder, conquistas e dinheiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

ANEXO

ANEXO A - Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992

18/02/2020

D678

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 678, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1992

Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VIII, da Constituição, e Considerando que a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), adotada no âmbito da Organização dos Estados Americanos, em São José da Costa Rica, em 22 de novembro de 1969, entrou em vigor internacional em 18 de julho de 1978, na forma do segundo parágrafo de seu art. 74;

Considerando que o Governo brasileiro depositou a carta de adesão a essa convenção em 25 de setembro de 1992; Considerando que a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) entrou em vigor, para o Brasil, em 25 de setembro de 1992, de conformidade com o disposto no segundo parágrafo de seu art. 74;

DECRETA:

Art. 1º A Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), celebrada em São José da Costa Rica, em 22 de novembro de 1969, apensa por cópia ao presente decreto, deverá ser cumprida tão inteiramente como nela se contém.

Art. 2º Ao depositar a carta de adesão a esse ato internacional, em 25 de setembro de 1992, o Governo brasileiro fez a seguinte declaração interpretativa: "O Governo do Brasil entende que os arts. 43 e 48, alínea d, não incluem o direito automático de visitas e inspeções in loco da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, as quais dependerão da anuência expressa do Estado".

Art. 3º O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de novembro de 1992; 171º da Independência e 104º da República.

ITAMAR FRANCO
Fernando Henrique Cardoso

Este texto não substitui o publicado no DOU de 9.11.1992

[Download para anexo em PDF](#)

ANEXO AO DECRETO QUE PROMULGA A CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS (PACTO DE SÃO JOSE DA COSTA RICA) - MRE

CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS

PREÂMBULO

Os Estados americanos signatários da presente Convenção, Reafirmando seu propósito de consolidar neste Continente, dentro do quadro das instituições democráticas, um regime de liberdade pessoal e de justiça social, fundado no respeito dos direitos essenciais do homem;

Reconhecendo que os direitos essenciais do homem não deviam do fato de ser ele nacional de determinado Estado, mas sim do fato de ter como fundamento os atributos da pessoa humana, razão por que justificam uma proteção internacional, de natureza convencional, coadjuvante ou complementar da que oferece o direito interno dos Estados americanos;

Considerando que esses princípios foram consagrados na Carta da Organização dos Estados Americanos, na Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e na Declaração Universal dos Direitos do Homem e que foram reafirmados e desenvolvidos em outros instrumentos internacionais, tanto de âmbito mundial como regional;

Reiterando que, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, só pode ser realizado o ideal do ser humano livre, isento do temor e da miséria, se forem criadas condições que permitam a cada pessoa gozar dos

18/02/2020

D678

seus direitos econômicos, sociais e culturais, bem como dos seus direitos civis e políticos; e

Considerando que a Terceira Conferência Interamericana Extraordinária (Buenos Aires, 1967) aprovou a incorporação à próprias sociais e educacionais e resolveu que uma convenção interamericana sobre direitos humanos determinasse a estrutura, competência e processo dos órgãos encarregados dessa matéria,

Convieram no seguinte:

PARTE I

Deveres dos Estados e Direitos Protegidos

CAPÍTULO I

Enumeração de Deveres

ARTIGO 1

Obrigação de Respeitar os Direitos

1. Os Estados-Partes nesta Convenção comprometem-se a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita à sua jurisdição, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social.

2. Para os efeitos desta Convenção, pessoa é todo ser humano.

ARTIGO 2

Dever de Adotar Disposições de Direito Interno

Se o exercício dos direitos e liberdades mencionados no artigo no artigo 1 ainda não estiver garantido por disposições legislativas ou de outra natureza, os Estados-Partes comprometem-se a adotar, de acordo com as suas normas constitucionais e com as disposições desta Convenção, as medidas legislativas ou de outras natureza que forem necessárias para tornar efetivos tais direitos e liberdades.

CAPÍTULO II

Direitos Civis e Políticos

ARTIGO 3

Direitos ao Reconhecimento da Personalidade Jurídica

Toda pessoa tem direito ao reconhecimento de sua personalidade jurídica.

ARTIGO 4

Direito à Vida

1. Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente.

2. Nos países que não houverem abolido a pena de morte, esta só poderá ser imposta pelos delitos mais graves, em cumprimento de sentença final de tribunal competente e em conformidade com lei que estabeleça tal pena, promulgada antes de haver o delito sido cometido. Tampouco se estenderá sua aplicação a delitos aos quais não se aplique atualmente.

3. Não se pode restabelecer a pena de morte nos Estados que a hajam abolido.

4. Em nenhum caso pode a pena de morte ser aplicada por delitos políticos, nem por delitos comuns conexos com delitos políticos.

5. Não se deve impor a pena de morte à pessoa que, no momento da perpetração do delito, for menor de dezoito anos, ou maior de setenta, nem aplicá-la a mulher em estado de gravidez.

18/02/2020

D678

6. Toda pessoa condenada à morte tem direito a solicitar anistia, indulto ou comutação da pena, os quais podem ser concedidos em todos os casos. Não se pode executar a pena de morte enquanto o pedido estiver pendente de decisão ante a autoridade competente.

ARTIGO 5

Direito à Integridade Pessoal

1. Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua integridade física, psíquica e moral.
2. Ninguém deve ser submetido a torturas, nem a penas ou tratos cruéis, desumanos ou degradantes. Toda pessoa privada da liberdade deve ser tratada com o respeito devido à dignidade inerente ao ser humano.
3. A pena não pode passar da pessoa do delinquente.
4. Os processados devem ficar separados dos condenados, salvo em circunstâncias excepcionais, a ser submetidos a tratamento adequado à sua condição de pessoal não condenadas.
5. Os menores, quando puderem ser processados, deve ser separados dos adultos e conduzidos a tribunal especializado, com a maior rapidez possível, para seu tratamento.
6. As penas privativas da liberdade devem ter por finalidade essencial a reforma e a readaptação social dos condenados.

ARTIGO 6

Proibição da Escravidão e da Servidão

1. Ninguém pode ser submetido à escravidão ou a servidão, e tanto estas como o tráfico de escravos e o tráfico de mulheres são proibidos em todas as formas.
2. Ninguém deve ser constrangido a executar trabalho forçado ou obrigatório. Nos países em que se prescreve, para certos delitos, pena privativa da liberdade acompanhada de trabalhos forçados, esta disposição não pode ser interpretada no sentido de que proíbe o cumprimento da dita pena, importa por juiz ou tribunal competente. O trabalho forçado não deve afetar a dignidade nem a capacidade física e intelectual do recluso.
3. Não constituem trabalhos forçados ou obrigatórios para os efeitos deste artigo:
 - a) os trabalhos ou serviços normalmente exigidos de pessoal reclusa em cumprimento de sentença ou resolução formal expedida pela autoridade judiciária competente. Tais trabalhos ou serviços de devem ser executados sob a vigilância e controle das autoridades públicas, e os indivíduos que os executarem não devem ser postos à disposição de particulares, companhias ou pessoas jurídicas de caráter privado;
 - b) o serviço militar e, nos países onde se admite a isenção por motivos de consciências, o serviço nacional que a lei estabelecer em lugar daquele;
 - c) o serviço imposto em casos de perigo ou calamidade que ameace a existência ou o bem-estar da comunidade; e
 - d) o trabalho ou serviço que faça parte das obrigações cívicas normais.

ARTIGO 7

Direito à Liberdade Pessoal

1. Toda pessoa tem direito à liberdade e à segurança pessoais.
2. Ninguém pode ser privado de sua liberdade física, salvo pelas causas e nas condições previamente fixadas pelas constituições políticas dos Estados-Partes ou pelas leis de acordo com elas promulgadas.
3. Ninguém pode ser submetido a detenção ou encarceramento arbitrários.
4. Toda pessoa detida ou retida deve ser informada das razões da sua detenção e notificada, sem demora, da acusação ou acusações formuladas contra ela.
5. Toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada pela lei a exercer funções judiciais e tem direito a ser julgada dentro de um prazo razoável ou a ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo. Sua liberdade pode ser condicionada a garantias que assegurem o seu comparecimento em juízo.

18/02/2020

D678

6. Toda pessoa privada da liberdade tem direito a recorrer a um juiz ou tribunal competente, a fim de que este decida, sem demora, sobre ou tribunal competente, a fim de que este decida, sem demora, sobre a legalidade de sua prisão ou detenção e ordene sua soltura se a prisão ou a detenção forem ilegais. Nos Estados-Partes cujas leis prevêem que toda pessoa que se vir ameaçada de ser privada de sua liberdade tem direito a recorrer a um juiz ou tribunal competente a fim de que este decida sobre a legalidade de tal ameaça, tal recurso não pode ser restringido nem abolido. O recurso pode ser interposto pela própria pessoa ou por outra pessoa.

7. Ninguém deve ser detido por dívida. Este princípio não limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar.

ARTIGO 8

Garantias Judiciais

1. Toda pessoa tem direito a ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou para que se determinem seus direitos ou obrigações de natureza civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza.

2. Toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma sua inocência enquanto não se comprove legalmente sua culpa. Durante o processo, toda pessoa tem direito, em plena igualdade, às seguintes garantias mínimas:

a) direito do acusado de ser assistido gratuitamente por tradutor ou intérprete, se não compreender ou não falar o idioma do juízo ou tribunal;

b) comunicação prévia e pormenorizada ao acusado da acusação formulada;

c) concessão ao acusado do tempo e dos meios adequados para a preparação de sua defesa;

d) direito do acusado de defender-se pessoalmente ou de ser assistido por um defensor de sua escolha e de comunicar-se, livremente e em particular, com seu defensor;

e) direito irrenunciável de ser assistido por um defensor proporcionado pelo Estado, remunerado ou não, segundo a legislação interna, se o acusado não se defender ele próprio nem nomear defensor dentro do prazo estabelecido pela lei;

f) direito da defesa de inquirir as testemunhas presente no tribunal e de obter o comparecimento, como testemunhas ou peritos, de outras pessoas que possam lançar luz sobre os fatos.

g) direito de não ser obrigado a depor contra si mesma, nem a declarar-se culpada; e

h) direito de recorrer da sentença para juiz ou tribunal superior.

3. A confissão do acusado só é válida se feita sem coação de nenhuma natureza.

4. O acusado absolvido por sentença passada em julgado não poderá ser submetido a novo processo pelos mesmos fatos.

5. O processo penal deve ser público, salvo no que for necessário para preservar os interesses da justiça.

ARTIGO 9

Princípio da Legalidade e da Retroatividade

Ninguém pode ser condenado por ações ou omissões que, no momento em que forem cometidas, não sejam delituosas, de acordo com o direito aplicável. Tampouco se pode impor pena mais grave que a aplicável no momento da perpetração do delito. Se depois da perpetração do delito a lei dispuser a imposição de pena mais leve, o delinqüente será por isso beneficiado.

ARTIGO 10

Direito a Indenização

Toda pessoa tem direito de ser indenizada conforme a lei, no caso de haver sido condenada em sentença passada em julgado, por erro judiciário.

ARTIGO 11

18/02/2020

D678

Proteção da Honra e da Dignidade

1. Toda pessoa tem direito ao respeito de sua honra e ao reconhecimento de sua dignidade.
2. Ninguém pode ser objeto de ingerências arbitrárias ou abusivas em sua vida privada, na de sua família, em seu domicílio ou em sua correspondência, nem de ofensas ilegais à sua honra ou reputação.
3. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais ingerências ou tais ofensas.

ARTIGO 12

Liberdade de Consciência e de Religião

1. Toda pessoa tem direito à liberdade de consciência e de religião. Esse direito implica a liberdade de conservar sua religião ou suas crenças, ou de mudar de religião ou de crenças, bem como a liberdade de professar e divulgar sua religião ou suas crenças, individual ou coletivamente, tanto em público como em privado.
2. Ninguém pode ser objeto de medidas restritivas que possam limitar sua liberdade de conservar sua religião ou suas crenças, ou de mudar de religião ou de crenças.
3. A liberdade de manifestar a própria religião e as próprias crenças está sujeita unicamente às limitações prescritas pelas leis e que sejam necessárias para proteger a segurança, a ordem, a saúde ou moral pública ou os direitos ou liberdades das demais pessoas.
4. Os pais, e quando for o caso os tutores, têm direito a que seus filhos ou pupilos recebam a educação religiosa e moral que esteja acorde com suas próprias convicções.

ARTIGO 13

Liberdade de Pensamento e de Expressão

1. Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e idéias de toda natureza, sem consideração de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro processo de sua escolha.

O exercício do direito previsto no inciso precedente não pode estar sujeito à censura prévia, mas a responsabilidades ulteriores, que devem ser expressamente fixadas pela lei a ser necessária para assegurar:

- a) o respeito aos direitos ou à reputação das demais pessoas; ou
 - b) a proteção da segurança nacional, da ordem pública, ou da saúde ou da moral pública.
3. Não se pode restringir o direito de expressão por vias ou meios indiretos, tais como o abuso de controles oficiais ou particulares de papel de imprensa, de frequências radioelétricas ou de equipamentos e aparelhos usados na difusão de informação, nem por quaisquer outros meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de idéias e opiniões.
 4. A lei pode submeter os espetáculos públicos à censura prévia, com o objetivo exclusivo de regular o acesso a eles, para proteção moral da infância e da adolescência, sem prejuízo do disposto no inciso 2º.
 5. A lei deve proibir toda propaganda a favor da guerra, bem como toda apologia ao ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitação à discriminação, à hostilidade, ao crime ou à violência.

ARTIGO 14

Direito de Retificação ou Resposta

1. Toda pessoa atingida por informações inexatas ou ofensivas emitidas em seus prejuízos por meios de difusão legalmente regulamentados e que se dirijam ao público em geral, tem direito a fazer, pelo mesmo órgão de difusão, sua retificação ou resposta, nas condições que estabeleça a lei.
2. Em nenhum caso a retificação ou a resposta eximirá das outras responsabilidades legais em que se houver incorrido.
3. Para a efetiva proteção da honra e da reputação, toda publicação ou empresa jornalística, cinematográfica, de rádio ou televisão, deve ter uma pessoa responsável que não seja protegida por imunidades nem goze de foro especial.

18/02/2020

D678

ARTIGO 15

Direito de Reunião

É reconhecido o direito de reunião pacífica e sem armas. O exercício de tal direito só pode estar sujeito às restrições previstas pela lei e que sejam necessárias, uma sociedade democrática, no interesse da segurança nacional, da segurança ou da ordem públicas, ou para proteger a saúde ou a moral públicas ou os direitos e liberdades das demais pessoas.

ARTIGO 16

Liberdade de Associação

1. Todas as pessoas têm o direito de associar-se livremente com fins ideológicos, religiosos, políticos, econômicos, trabalhistas, sociais, culturais, desportivos, ou de qualquer outra natureza.

2. O exercício de tal direito só pode estar sujeito às restrições previstas pela lei que sejam necessárias, numa sociedade democrática, no interesse da segurança nacional, da segurança ou da ordem públicas, ou para proteger a saúde ou a moral públicas ou os direitos e liberdades das demais pessoas.

3. O disposto neste artigo não impede a imposição de restrições legais, e mesmo a privação do exercício do direito de associação, aos membros das forças armadas e da polícia.

ARTIGO 17

Proteção da Família

1. A família é o elemento natural e fundamental da sociedade e deve ser protegida pela sociedade e pelo Estado.

2. É reconhecido o direito do homem e da mulher de contraírem casamento e de fundarem uma família, se tiverem à idade e as condições para isso exigidas pelas leis internas, na medida em que não afetem estas o princípio da não discriminação estabelecido nesta Convenção.

3. O casamento não pode ser celebrado sem o livre e pleno consentimento dos contraentes.

4. Os Estados-Partes devem tomar medidas apropriadas no sentido de assegurar a igualdade de direitos e a adequada equivalência de responsabilidades dos cônjuges quanto ao casamento, durante o casamento e em caso de dissolução do mesmo. Em caso de dissolução, serão adotadas disposições que assegurem a proteção necessária aos filhos, com base unicamente no interesse e conveniência dos mesmos.

5. A lei deve reconhecer iguais direitos tanto aos filhos nascidos fora do casamento como aos nascidos dentro do casamento.

ARTIGO 18

Direito ao Nome

Toda pessoa tem direito a um prenome e aos nomes de seus pais ou ao de um destes. A lei deve regular a forma de assegurar a todos esses direito, mediante nomes fictícios, se for necessário.

ARTIGO 19

Direitos da Criança

Toda criança tem direito às medidas de proteção que a sua condição de menor requer por parte da sua família, da sociedade e do Estado.

ARTIGO 20

Direito à Nacionalidade

1. Toda pessoa tem direito a uma nacionalidade.

2. Toda pessoa tem direito à nacionalidade do Estado em cujo território houver nascido, se não tiver direito à outra.

3. A ninguém se deve privar arbitrariamente de sua nacionalidade nem do direito de mudá-la.

ARTIGO 21

18/02/2020

D678

Direito à Propriedade Privada

1. Toda pessoa tem direito ao uso e gozo dos seus bens. A lei pode subordinar esse uso e gozo ao interesse social.
2. Nenhuma pessoa pode ser privada de seus bens, salvo mediante o pagamento de indenização justa, por motivo de utilidade pública ou de interesse social e nos casos e na forma estabelecidos pela lei.
3. Tanto a usura como qualquer outra forma de exploração do homem pelo homem devem ser reprimidas pela lei.

ARTIGO 22

Direito de Circulação e de Residência

1. Toda pessoa que se ache legalmente no território de um Estado tem direito de circular nele e de nele residir conformidade com as disposições legais.
2. toda pessoa tem o direito de sair livremente de qualquer país, inclusive do próprio.
3. O exercício dos direitos acima mencionados não pode ser restringido senão em virtude de lei, na medida indispensável, numa sociedade democrática, para prevenir infrações penais ou para proteger a segurança nacional, a segurança ou a ordem públicas, a moral ou a saúde públicas, ou os direitos e liberdades das demais pessoas.
4. O exercício dos direitos reconhecidos no inciso 1 pode também ser restringido pela lei, em zonas determinadas, por motivos de interesse público.
5. Ninguém pode ser expulso do território do Estado do qual for nacional, nem ser privado do direito de nele entrar.
6. O estrangeiro que se ache legalmente no território de uma Estado-Parte nesta Convenção só poderá dele ser expulso em cumprimento de decisão adotada de acordo com a lei.
7. Toda pessoa tem o direito de buscar e receber asilo em território estrangeiro, em caso de perseguição por delitos políticos ou comuns conexos com delitos políticos e de acordo com a legislação de cada estado e com os convênios internacionais.
8. Em nenhum caso o estrangeiro pode ser expulso ou entregue a outro país, seja ou não de origem, onde seu direito à vida ou liberdade pessoal esteja em risco de violação por causa da sua raça, nacionalidade, religião, condição social ou de suas opiniões políticas.
9. É proibida a expulsão coletiva de estrangeiros.

ARTIGO 23

Direitos Políticos

1. Todos os cidadãos devem gozar dos seguintes direitos e oportunidades:
 - a) de participar da direção dos assuntos públicos, diretamente ou por meio de representantes livremente eleitos;
 - b) de votar e se eleitos em eleições periódicas autênticas, realizadas por sufrágio universal e igual e por voto secreto que garanta a livre expressão da vontade dos eleitores; e
 - c) de ter acesso, em condições gerais de igualdade, às funções públicas de seu país.
2. A lei pode regular o exercício dos direitos e oportunidades e a que se refere o inciso anterior, exclusivamente por motivos de idade, nacionalidade, residência, idioma, instrução, capacidade civil ou mental, ou condenação, por juiz competente, em processo penal.

ARTIGO 24

Igualdade Perante a Lei

Todas as pessoas são iguais perante a lei. Por conseguinte, têm direito, sem discriminação, a igual proteção da lei.

ARTIGO 25

Proteção Judicial

18/02/2020

D678

1. Toda pessoa tem direito a um recurso simples e rápido ou a qualquer outro recurso efetivo, perante os juízos ou tribunais competentes, que a proteja contra atos que violem seus direitos fundamentais reconhecidos pela constituição, pela lei ou pela presente Convenção, mesmo quando tal violação seja cometida por pessoas que estejam atuando no exercício de suas funções oficiais.

2. Os Estados-Partes comprometem-se:

a) a assegurar que a autoridade competente prevista pelo sistema legal do Estado decida sobre os direitos de toda pessoa que interpusse tal recurso;

b) a desenvolver as possibilidades de recurso judicial; e

c) a assegurar o cumprimento, pelas autoridades competente, de toda decisão em que se tenha considerado procedente o recurso.

CAPÍTULO III

Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

ARTIGO 26

Desenvolvimento Progressivo

Os Estados-Partes comprometem-se a adotar providência, tanto no âmbito interno como mediante cooperação internacional, especialmente econômica e técnica, a fim de conseguir progressivamente a plena efetividade dos direitos que decorrem das normas econômicas, sociais e sobre educação, ciência e cultura, constantes da Carta da Organização dos Estados Americanos, reformada pelo Protocolo de Buenos Aires, na medida dos recursos disponíveis, por via legislativa ou por outros meios apropriados.

CAPÍTULO IV

Suspensão de Garantias, Interpretação e Aplicação

ARTIGO 27

Suspensão de Garantias

1. Em caso de guerra, de perigo público, ou de outra emergência que ameace a independência ou segurança do Estado-Parte, este poderá adotar disposições que, na medida e pelo tempo estritamente limitados às exigências da situação, suspendam as obrigações contraídas em virtude desta Convenção, desde que tais disposições não sejam incompatíveis com as demais obrigações que lhe impõe o Direito Internacional e não encerrem discriminação alguma fundada em motivos de raça, cor, sexo, idioma, religião ou origem social.

2. A disposição precedente não autoriza a suspensão dos direitos determinados nos seguintes artigos: 3 (Direito ao Reconhecimento da Personalidade Jurídica), 4 (Direito à vida), 5 (Direito à Integridade Pessoal), 6 (Proibição da Escravidão e Servidão), 9 (Princípio da Legalidade e da Retroatividade), 12 (Liberdade de Consciência e de Religião), 17 (Proteção da Família), 18 (Direito ao Nome), 18 (Direitos da Criança), 20 (Direito à Nacionalidade) e 23 (Direitos Políticos), nem das garantias indispensáveis para a proteção de tais direitos.

3. Todo Estado-Parte que fizer uso do direito de suspensão deverá informar imediatamente os outros Estados-Partes na presente Convenção, por intermédio do Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, das disposições cuja aplicação haja suspenso, dos motivos determinantes da suspensão e da data em que haja dado por terminado tal suspensão.

ARTIGO 28

Cláusula Federal

1. Quando se tratar de um Estado-Parte constituído como Estado federal, o governo nacional do aludido Estado-Parte cumprirá todas as disposições da presente Convenção, relacionadas com as matérias sobre as quais exerce competência legislativa e judicial.

2. No tocante às disposições relativas às matérias que correspondem à competência das entidades componentes da federação, o governo nacional deve tomar imediatamente as medidas pertinentes, em conformidade com sua constituição e suas leis, a fim de que as autoridades competentes das referidas entidades possam adotar as disposições cabíveis para o cumprimento desta Convenção.

18/02/2020

D678

3. Quando dois ou mais Estados-Partes decidiram constituir entre eles uma federação ou outro tipo de associação, diligenciarão no sentido de que o pacto comunitário respectivo contenha as disposições necessárias para que continuem sendo efetivas no novo Estado assim organizado as normas da presente Convenção.

ARTIGO 29

Normas de Interpretação

Nenhuma disposição desta Convenção pode ser interpretada no sentido de:

- a) permitir a qualquer dos Estados-Partes, grupo ou pessoa, suprimir o gozo e exercício dos direitos e liberdades reconhecidos na Convenção ou limitá-los em maior medida do que a nela prevista;
- b) limitar o gozo e exercício de qualquer direito ou liberdade que possam ser reconhecidos de acordo com as leis de qualquer dos Estados-Partes ou de acordo com outra convenção em que seja parte um dos referidos Estados;
- c) excluir outros direitos e garantias que são inerentes ao ser humano ou que decorrem da forma democrática representativa de governo; e
- d) excluir ou limitar o efeito que possam produzir a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e outros atos internacionais da mesma natureza.

ARTIGO 30

Alcance das Restrições

As restrições permitidas, de acordo com esta Convenção, ao gozo e exercício dos direitos e liberdades nela reconhecidos, não podem ser aplicadas senão de acordo com leis que forem promulgadas por motivo de interesse geral e com o propósito para o qual houverem sido estabelecidas.

ARTIGO 31

Reconhecimento de Outros Direitos

Poderão se incluídos no regime de proteção desta Convenção outros direitos e liberdades que forem reconhecidos de acordo com os processos estabelecidos nos artigos 69 e 70.

CAPÍTULO V

Deveres das Pessoas

ARTIGO 32

Correlação entre Deveres e Direitos

- 1. Toda pessoa tem deveres para com a família, a comunidade e a humanidade.
- 2. Os direitos de cada pessoa são limitados pelos direitos dos demais, pela segurança de todos e pelas justas exigências do bem comum, numa sociedade democrática.

PARTE II

Meios da Proteção

CAPÍTULO VI

Órgãos Competentes

ARTIGO 33

São competentes para conhecer dos assuntos relacionados com o cumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados-Partes nesta Convenção:

- a) a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, doravante denominada a Comissão; e
- b) a Corte Interamericana de Direitos Humanos, doravante denominada a Corte.

18/02/2020

D678

CAPÍTULO VII*Comissão Interamericana de Direitos Humanos***Seção 1 - Organização****ARTIGO 34**

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos compor-se-á de sete membros, que deverão ser pessoas de alta autoridade moral e de reconhecimento saber em matéria de direitos humanos.

ARTIGO 35

A Comissão representa todos os Membros da Organização dos Estados Americanos.

ARTIGO 36

1. Os membros da Comissão, serão eleitos a título pessoal, pela Assembléia-Geral da organização, de uma lista de candidatos propostos pelos governos dos Estados-Membros.

2. Cada um dos referidos governos pode propor até três candidatos, nacionais do Estado que os propuser ou de qualquer outro Estado-Membro da organização dos Estados Americanos. Quando for proposta uma lista de três candidatos, pelo menos um deles deverá ser nacional de Estado diferente do proponente.

ARTIGO 37

1. Os membros da Comissão serão eleitos por quatro anos e só poderão ser reeleitos uma vez, porém o mandato de três dos membros designados na primeira eleição expirará ao cabo de dois anos. Logo depois da referida eleição, serão determinados por sorteio, na Assembléia-Geral, os nomes desse três membros.

2. Não pode fazer parte da Comissão mais de um nacional de um mesmo Estado.

ARTIGO 38

As vagas que ocorrerem na Comissão, que não se devam à expiração normal do mandato, serão preenchidas pelo Conselho Permanente da Organização, de acordo com o que dispuser o Estatuto da Comissão.

ARTIGO 39

A Comissão elaborará seu estatuto e submetê-lo-á à aprovação da Assembléia-Geral e expedirá seu próprio regulamento.

ARTIGO 40

Os serviços de secretaria da Comissão devem ser desempenhados pela unidade funcional especializada que faz parte da Secretaria-Geral da Organização e deve dispor dos recursos necessários para cumprir as tarefas que lhe forem confiadas pela Comissão.

Seção 2 - Funções**ARTIGO 41**

A Comissão tem a função principal de promover a observância e a defesa dos direitos humanos e, no exercício do seu mandato, tem as seguintes funções e atribuições:

- a) estimular a consciência dos direitos humanos nos povos da América;
- b) formular recomendações aos governos dos Estados-Membros, quando o considerar conveniente, no sentido de que adotem medidas progressivas em prol dos direitos humanos no âmbito de suas leis internas e seus preceitos constitucionais, bem como disposições apropriadas para promover o devido respeito a esses direitos;
- c) preparar os estudos ou relatórios que considerar convenientes o desempenho de suas funções;
- d) solicitar aos governos dos Estados-Membros que lhe proporcionem informações sobre as medidas que adotarem em matéria de direitos humanos;
- e) atender às consultas que, por meio da Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, lhe formularem os Estados-Membros sobre questões relacionadas com os direitos humanos e, dentro de suas

18/02/2020

D678

possibilidades, prestar-lhes o assessoramento que eles lhe solicitarem;

f) atuar com respeito às petições e outras comunicações, no exercício de sua autoridade, de conformidade com o disposto nos artigos 44 a 51 desta Convenção; e

g) apresentar um relatório anual a Assembléia-Geral da Organização dos Estados Americanos.

ARTIGO 42

Os Estados-Partes devem remeter à Comissão cópia dos relatórios e estudos que, em seus respectivos campos, submetem anualmente às Comissões Executivas do Conselho Interamericano Econômico e Social e do Conselho Interamericano de Educação, Ciência e Cultura, a fim de que aquela vele por que se promovam os direitos decorrentes das normas econômicas, sociais e sobre educação, ciência e cultura constantes da Carta da Organização dos Estados Americanos, reformada pelo Protocolo de Buenos Aires.

ARTIGO 43

Os Estados-Partes obrigam-se a proporcionar à Comissão as informações que esta lhes solicitar sobre a maneira pela qual o seu direito interno assegura a aplicação efetiva de quaisquer disposições desta Convenção.

Seção 3 - Competência

ARTIGO 44

Qualquer pessoa ou grupo de pessoas, ou entidade não governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados-Membros da Organização, pode apresentar à Comissão petições que contenham denúncias ou queixas de violação desta Convenção por um Estado-Parte.

ARTIGO 45

1. Todo Estado-Parte pode, no momento do depósito do seu instrumento de ratificação desta Convenção ou de adesão a ela, ou em qualquer momento posterior, declarar que reconhece a competência da Comissão para receber e examinar as comunicações em que um Estado-Parte alegue haver outro Estado-Parte incorrido em violações direitos humanos estabelecidos nesta Convenção.

2. As comunicações feitas em virtude deste artigo só podem ser admitidos e examinadas se forem apresentadas por um Estado-Parte que haja feito uma declaração pela qual reconheça a referida competência da Comissão. A Comissão não admitirá nenhuma comunicação contra um Estado-Parte que não haja feito tal declaração.

3. As declarações sobre reconhecimento de competência podem ser feitas para que esta vigore por tempo indefinido, por período determinado ou para casos específicos.

4. As declarações serão depositadas na Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, a qual encaminhará cópia das mesmas aos Estados-Membros da referida Organização.

ARTIGO 46

1. Para que uma petição ou comunicação apresentada de acordo com os artigos 44 ou 45 seja admitida pela Comissão, será necessário:

a) que hajam sido interpostos e esgotados os recursos da jurisdição interna, de acordo com os princípios de direito internacional geralmente reconhecidos;

b) que seja apresentada dentro do prazo de seis meses, a partir da data em que o presumido prejudicado em seus direitos tenha sido notificado da decisão definitiva;

c) que a matéria da petição ou comunicação não esteja pendente de outro processo de solução internacional; e

d) que, no caso do artigo 44, a petição contenha o nome, a nacionalidade, a profissão, o domicílio e a assinatura da pessoa ou pessoas ou do representante legal da entidade que submeter a petição.

2. as disposições das alíneas "a" e "b" do inciso 1º deste artigo não se aplicarão quando:

a) não existir, na legislação interna do Estado de que se tratar, o devido processo legal para a proteção do direito ou direitos que se alegue tenha sido violados;

b) não se houver permitido ao presumido prejudicado em seus direitos o acesso aos recursos da jurisdição interna, ou houver sido ele impedido de esgotá-los; e

18/02/2020

D678

- c) houver demora injustificada na decisão sobre os mencionados recursos.

ARTIGO 47

A Comissão declarará inadmissível toda petição ou comunicação apresentada de acordo com os artigos 44 ou 45 quando:

- a) não preencher algum dos requisitos estabelecidos no artigo 46;
- b) não expuser fatos que caracterizem violação dos direitos garantidos por esta Convenção;
- c) pela exposição do próprio peticionário ou do Estado, for manifestamente infundada a petição ou comunicação ou for evidente sua total improcedência; ou
- d) for substancialmente reprodução de petição ou comunicação anterior, já examinada pela Comissão ou por outro organismo internacional.

seção 4 Processo

ARTIGO 48

1. A Comissão, ao receber uma petição ou comunicação na qual se alegue violação de qualquer dos direitos consagrados nesta Convenção, procederá da seguinte maneira:

- a) se reconhecer a admissibilidade da petição ou comunicação, solicitará informações ao Governo do Estado ao qual pertença a autoridade apontada como responsável pela violação alegada e transcreverá as partes pertinentes da petição ou comunicação. As referidas informações devem ser enviadas dentro de um prazo razoável, fixado pela Comissão ao considerar as circunstâncias de cada caso;
- b) recebidas às informações, ou transcorrido o prazo fixado sem que sejam elas recebidas, verificará se existem ou subsistem os motivos da petição ou comunicação. No caso de não existirem ou não subsistirem, mandará arquivar o expediente;
- c) poderá também declarar a inadmissibilidade ou a improcedência da petição ou comunicação, com base em informação ou prova superveniente;
- d) se o expediente não houver sido arquivado, e com o fim de comprovar os fatos, a Comissão procederá, com conhecimento das partes a um exame do assunto exposto na petição ou comunicação. Se for necessário e conveniente, a Comissão procederá a uma investigação para cuja eficaz realização solicitará, e os Estados interessados lhe proporcionarão, todas as facilidades necessárias;
- e) poderá pedir aos Estados interessados qualquer informação pertinente e receberá, se isso lhe for solicitado, as exposições verbais ou escritas que apresentarem os interessados; e
- f) por-se-á à disposição das partes interessadas, a fim de chegar a uma solução amistosa do assunto, fundada no respeito aos direitos humanos reconhecidos nesta Convenção.

2. Entretanto, em casos graves e urgentes, pode ser realizada uma investigação, mediante prévio consentimento do Estado em cujo território de alegue haver sido cometido à violação, tão somente com a apresentação de uma petição ou comunicação que reúna todos os requisitos formais de admissibilidade.

ARTIGO 49

Se houver chegado a uma solução amistosa de acordo com as disposições do inciso 1, f, do artigo 48, a Comissão redigirá um relatório que será encaminhado ao peticionário e aos Estados-Partes nesta Convenção e, posteriormente, transmitido, para sua publicação, ao Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos. O referido relatório conterá uma breve exposição dos fatos e da solução alcançada. Se qualquer das partes no caso o solicitar, ser-lhe-á proporcionada a mais ampla informação possível.

ARTIGO 50

1. Se não se chegar a uma solução, e dentro do prazo que for fixado pelo Estatuto da Comissão, esta redigirá um relatório no qual exporá os fatos e suas conclusões. Se o relatório não representar, no todo ou em parte, o acordo unânime dos membros da Comissão, qualquer deles poderá agregar ao referido relatório seu voto em separado. Também se agregarão ao relatório às exposições verbais ou escritas que houverem sido feitas pelos interessados em virtudes do inciso 1º, e, do artigo 48.

2. O relatório será encaminhado aos Estados interessados, aos quais não será facultado publicá-lo.

18/02/2020

D678

3. Ao encaminhar o relatório, a Comissão pode formular as proposições e recomendações que julgar adequada.

ARTIGO 51

1. Se no prazo de três meses, a partir da remessa aos Estados interessados do relatório da Comissão, o assunto não houver sido solucionado ou submetido à decisão da Corte pela Comissão ou pelo Estado interessado, aceitando sua competência, a Comissão poderá emitir, pelo voto da maioria absoluta dos seus membros, sua opinião e conclusões sobre a questão submetida à sua consideração.

2. A comissão fará as recomendações pertinentes e fixará um prazo dentro do qual o Estado deve tomar as medidas que lhe competirem para remediar a situação examinada.

3. Transcorrido o prazo fixado, a Comissão decidirá, pelo voto da maioria absoluta dos seus membros, se o Estado tomou ou não medidas adequadas e se publica ou não seu relatório.

CAPÍTULO VIII

Corte Interamericana de Direitos Humanos

Seção 1 - ORGANIZAÇÃO

ARTIGO 52

1. A Corte compor-se-á de sete juízes, nacionais dos Estados Membros da Organização, eleitos a títulos pessoal dentre juristas da mais alta autoridade moral, de reconhecida competência em matéria de direitos humanos, que reúnam as condições requeridas para o exercício das mais elevadas funções judiciais, de acordo com a lei do Estado do qual sejam nacionais, ou do Estado que os propuser como candidatos.

2. Não deve haver dois juízes da mesma nacionalidade.

ARTIGO 53

1. Os juízes da Corte serão eleitos, em votação secreta e pelo voto da maioria absoluta dos Estados-Partes na Convenção, na Assembleia-Geral da Organização, de uma lista de candidatos propostos pelos mesmos Estados.

2. Cada um dos Estados-Partes pode propor até três candidatos, nacionais do Estado que os propuser ou de qualquer outro Estado-Membro da Organização dos Estados Americanos. Quando se propuser uma lista de três candidatos, pelo menos um deles deverá ser nacional de Estado diferente do proponente.

ARTIGO 54

1. Os juízes da Corte serão eleitos por um período de seis anos e só poderão ser reeleitos uma vez. O mandato de três dos juízes designados na primeira eleição expirará ao cabo de três anos. Imediatamente depois da referida eleição, determinar-se-ão por sorteio, na Assembleia-Geral, os nomes desses três juízes.

2. O juiz eleito para substituir outro cujo mandato não haja expirado, completará o período deste.

3. Os juízes permanecerão em suas funções até o término dos seus mandatos. Entretanto, continuarão funcionando nos casos de que já houverem tomado conhecimento e que se encontrem em fase de sentença e, para tais efeitos, não serão substituídos pelos novos juízes eleitos.

ARTIGO 55

1. O juiz que for nacional de algum dos Estados-Partes no caso submetido à Corte conservará o seu direito de conhecer o mesmo.

2. Se um dos juízes chamados a conhecer do caso for de nacionalidade de um dos Estados-Partes, outro Estado-Partes no caso poderá designar uma pessoa de sua escolha para integrar a Corte na qualidade de juiz ad hoc.

3. Se, dentre os juízes chamados a conhecer do caso, nenhuma for da nacionalidade dos Estados partes, cada um destes poderá designar um juiz ad hoc.

4. O juiz ad hoc deve reunir os requisitos indicados no artigo 52.

5. Se vários Estados-Partes na Convenção tiverem o mesmo interesse no caso, serão considerados como uma só parte, para os fins das disposições anteriores. Em caso de dúvida, a Corte decidirá.

ARTIGO 56

18/02/2020

D678

O quorum para as deliberações da Corte é constituído por cinco juizes.

ARTIGO 57

A Comissão comparecerá em todos os casos perante a Corte.

ARTIGO 58

1. A Corte terá sua sede⁴ no lugar que for determinado, na Assembléia-Geral da Organização, pelos Estados-Partes na Convenção, mas poderá realizar reuniões no território de qualquer Estado-Membro da Organização dos Estados Americanos em que o considerar conveniente pela maioria dos seus membros e mediante prévia aquiescência do Estado respectivo. Os Estados-Partes na Convenção podem, na Assembléia-Geral, por dois terços dos seus votos, mudar a sede da Corte.

2. A Corte designará seu Secretário.

3. O Secretário residirá na sede da Corte e deverá assistir às reuniões que ela realizar fora da mesma.

ARTIGO 59

A Secretaria da Corte será por esta estabelecida e funcionará sob a direção do Secretário da Corte, de acordo com as normas administrativas da Secretaria-Geral da Organização em tudo o que não for incompatível com a independência da Corte. Seus funcionários serão nomeados pelo Secretário-Geral da Organização, em consulta com o Secretário da Corte.

ARTIGO 60

A Corte elaborará seu estatuto e submetê-lo-á à aprovação da Assembléia-Geral e expedirá sus regimento.

Seção 2 - Competência e Funções

ARTIGO 61

1. Somente os Estados-Partes e a Comissão têm direito de submeter caso à decisão da Corte.

2. Para que a Corte possa conhecer de qualquer caso, é necessário que sejam esgotados os processos previstos nos artigos 48 a 50.

ARTIGO 62

1. Toda Estado-Parte, pode, no momento do depósito do seu instrumento de ratificação desta Convenção ou de adesão a ela, ou em qualquer momento posterior, declarar que reconhece como obrigatória, de pleno direito e sem convenção especial, a competência da Corte em todos os casos relativos à interpretação ou aplicação desta Convenção.

2. A declaração pode ser feita incondicionalmente, ou sob condição de reciprocidade, por prazo determinado ou para casos específicos. Deverá ser apresentada ao Secretário-Geral da Organização, que encaminhará cópias da mesma aos outros Estados-Membros da Organização e ao Secretário da Corte.

3. A Corte tem competência para conhecer de qualquer caso relativo à interpretação e aplicação das disposições desta Convenção que lhe seja submetido, desde que os Estados-Partes no caso tenham reconhecido ou reconheçam a referida competência, seja por declaração especial, como prevêem os incisos anteriores, seja por convenção especial.

ARTIGO 63

1. Quando decidir que houve violação de um direito ou liberdade protegido nesta Convenção, a Corte determinará que se assegure ao prejudicado o gozo do seu direito ou liberdade violados. Determinará também, se isso for procedente, que sejam reparadas as consequências da medida ou situação que haja configurado a violação desses direitos, bem como o pagamento de indenização justa à parte lesada.

2. Em casos de extrema gravidade e urgência, e quando se fizer necessário evitar danos irreparáveis às pessoas, a Corte, nos assuntos de que estiver conhecendo, poderá tomar as medidas provisórias que considerar pertinente. Se tratar de assuntos que ainda não estiverem submetidos ao seu conhecimento, poderá atuar a pedido da Comissão.

ARTIGO 64

18/02/2020

D678

1. Os Estados-Partes da Organização poderão consultar a Corte sobre a interpretação desta Convenção ou de outros tratados concernentes à proteção dos direitos humanos nos Estados americanos. Também poderão consultá-la, no que lhes compete, os órgãos enumerados no capítulo X da Carta da Organização dos Estados Americanos, reformada pelo Protocolo da Buenos Aires.

2. A Corte, a pedido de um Estado-Membro da Organização, poderá emitir pareceres sobre a compatibilidade entre qualquer de suas leis internas e os mencionados instrumentos internacionais.

ARTIGO 65

A Corte submeterá à consideração da Assembléia-Geral da Organização, em cada período ordinário de sessões, um relatório sobre suas atividades no ano anterior. De maneira especial, e com as recomendações pertinentes, indicará os casos em que um Estado não tenha dado cumprimento a suas sentenças.

Seção 3 - Processo

ARTIGO 66

1. A sentença da Corte deve ser fundamentada.

2. Se a sentença não expressar no todo ou em parte a opinião unânime dos juízes, qualquer deles terá direito a que se agregue à sentença o seu voto dissidente ou individual.

ARTIGO 67

A sentença da Corte será definitiva e inapelável. Em caso de divergência sobre o sentido ou alcance da sentença, a Corte interpretá-la-á, a pedido de qualquer das partes, desde que o pedido seja apresentando dentro de noventa dias a partir da data da notificação da sentença.

ARTIGO 68

1. Os Estados-Partes na Convenção comprometem-se a cumprir a decisão da Corte em todo caso em que forem partes.

2. A parte da sentença que determinar indenização compensatória poderá ser executada no país respectivo pelo processo interno vigente para a execução de sentença contra o Estado.

ARTIGO 69

A sentença da Corte deve ser notificada às partes no caso e transmitida aos Estados-Partes na Convenção.

CAPÍTULO IX

Disposições Comuns

ARTIGO 70

1. Os juízes da Corte e os membros da Comissão gozam, desde o momento de sua eleição e enquanto durar o seu mandato, das imunidades reconhecidas aos agentes diplomáticos pelo Direito Internacional. Durante o exercício dos seus cargos gozam, além disso, dos privilégios diplomáticos necessários para o desempenho de suas funções.

2. Não se poderá exigir responsabilidade em tempo algum dos juízes da Corte, nem dos membros da Comissão, por votos e opiniões emitidos no exercício de suas funções.

ARTIGO 71

Os cargos de juiz da Corte ou de membro da Comissão são incompatíveis com outras atividades que possam afetar sua independência ou imparcialidade conforme o que for determinado nos respectivos estatutos.

ARTIGO 72

Os juízes da Corte e os membros da Comissão perceberão honorários e despesas de viagem na forma e nas condições que determinarem os seus estatutos, levando em conta a importância e independência de suas funções. Tais honorários e despesas de viagem serão fixados no orçamento-programa da organização dos Estados Americanos, no qual devem ser incluídas, além disso, as despesas da Corte e da sua Secretaria. Para tais efeitos, a Corte elaborará o seu próprio projeto de orçamento e submetê-lo-á aprovação da Assembléia-Geral, por intermédio da Secretaria-Geral. Esta última não poderá nele introduzir modificações.

18/02/2020

D678

ARTIGO 73

Somente por solicitação da Comissão ou da Corte, conforme o caso, cabe à Assembleia-Geral da Organização resolver sobre as sanções aplicáveis aos membros da Comissão ou aos juízes da Corte que incorrerem nos casos previstos nos respectivos estatutos. Para expedir uma resolução, será necessária maioria de dois terços dos votos dos Estados-Membros da Organização, no caso dos membros da Comissão; e, além disso, de dois terços dos votos dos Estados-Partes na Convenção, se tratar dos juízes da Corte.

PARTE III*Disposições Gerais e Transitórias***CAPÍTULO X***Assinatura, Ratificação, Reserva, Emenda, Protocolo e Denúncia*ARTIGO 74

1. Esta Convenção fica aberta à assinatura e à ratificação ou adesão de todos os estados-Membros da Organização dos Estados Americanos.

2. A ratificação desta Convenção ou a adesão a ela efetuar-se-á mediante depósito de um instrumento de ratificação ou de adesão na Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos. Esta Convenção entrará em vigor logo que onze Estados houverem depositado os seus respectivos instrumentos de ratificação ou de adesão. Com referência a qualquer outro Estado que a ratificar ou que a ela aderir ulteriormente, a Convenção entrará em vigor na data do depósito do seu instrumento de ratificação ou de adesão.

3. O Secretário-Geral informará todos os Estados Membros da Organização sobre a entrada em vigor da Convenção.

ARTIGO 75

Esta Convenção só pode ser objeto de reservas em conformidade com as disposições da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados assinados em 23 de maio de 1969.

ARTIGO 76

1. Qualquer Estado-Parte, diretamente, e a Comissão ou a Corte, por intermédio do Secretário-Geral, podem submeter a Assembleia-Geral, para o que julgarem conveniente, proposta de emenda a esta Convenção.

2. As emendas entrarão em vigor para os Estados que ratificarem as mesmas na data em que houver sido depositado o respectivo instrumento de ratificação que corresponda ao número de dois terços dos Estados-Partes nesta Convenção. Quando aos outros Estados-partes, entrarão em vigor na data em que depositarem eles os seus respectivos instrumentos de ratificação.

ARTIGO 77

1. De acordo com a faculdade estabelecida no artigo 31, qualquer Estado-Parte e a Comissão podem submeter à consideração dos Estados-Partes reunidos por ocasião da Assembleia-Geral, projetos de protocolos a esta Convenção, com a finalidade de incluir progressivamente no regime de proteção da mesma outros direitos e liberdades.

2. Cada protocolo deve estabelecer as modalidades de sua entrada em vigor e será aplicado somente entre os Estados-Partes no mesmo.

ARTIGO 78

1. Os Estados-Partes poderão denunciar esta Convenção depois de expirado um prazo de cinco anos, a partir da data de entrada em vigor da mesma e mediante aviso prévio de um ano, notificando o Secretário-Geral da Organização, o qual deve informar as outras Partes.

2. Tal denúncia não terá o efeito de desligar o Estado-Parte interessado das obrigações contidas nesta Convenção, no que diz respeito a qualquer ato que, podendo constituir violação dessas obrigações, houver sido cometido por ele anteriormente à data na qual a denúncia produzir efeito.

CAPÍTULO XI

18/02/2020

D678

*Disposições Transitórias***Seção 1 - Comissão Interamericana de Direitos Humanos****ARTIGO 79**

Ao entrar em vigor esta Convenção, o Secretário-Geral pedirá por escrito a cada Estado-Membro da Organização que apresente, dentro de um prazo de noventa dias, seus candidatos a membro da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. O Secretário-Geral preparará uma lista por ordem alfabética dos candidatos apresentados e a encaminhará aos Estados-Membros da Organização pelo menos trinta dias antes da Assembleia-Geral seguinte.

ARTIGO 80

A eleição dos membros da Comissão far-se-á dentre os candidatos que figurem na lista a que se refere o artigo 79, por votação secreta da Assembleia-Geral, e serão declarados eleitos os candidatos que obtiverem maior número de votos e a maioria absoluta dos votos dos representantes dos Estados-Membros. Se, para eleger todos os membros da Comissão, for necessário realizar várias votações, serão eliminados sucessivamente, na forma que for determinada pela Assembleia-Geral, os candidatos que receberem menor número de votos.

Seção 2 - Corte Interamericana de Direitos humanos**ARTIGO 81**

Ao entrar em vigor esta Convenção, o Secretário-Geral solicitará por escrito a cada Estado-Parte que apresente, dentro de um prazo de noventa dias, seus candidatos a juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos. O Secretário-Geral prepara uma lista por ordem alfabética dos candidatos apresentados e a encaminhará aos Estados-Partes pelo menos trinta dias antes da Assembleia-Geral seguinte.

ARTIGO 82

A eleição dos juizes da Corte far-se-á dentre os candidatos que figurem na lista a que se refere o artigo 81, por votação secreta dos Estados-Partes, na Assembleia-Geral, e serão declarados eleitos os candidatos que obtiverem maior número de votos e a maioria absoluta dos votos dos representantes dos Estados-Partes. Se para eleger todos os juizes da Corte, for necessário realizar várias votações, serão eliminados sucessivamente, na forma que for determinada pelos Estados-Partes, os candidatos que receberem menor número de votos.

Declaração e reservas**Declaração do Chile**

A Delegação do Chile apõe sua assinatura a esta Convenção, sujeita á sua posterior aprovação parlamentar e ratificação, em conformidade com as normas constitucionais vigentes.

Declaração do Equador

A Declaração do Equador tem a honra de assinar a Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Não crê necessários especificar reserva alguma, deixando a salvo tão-somente a faculdade geral constante da mesma Convenção, que deixa aos governos a liberdade de ratificá-la.

Reserva do Uruguai

O artigo 80, parágrafo 2, da Constituição da República Oriental do Uruguai, estabelece que se suspende a cidadania "pela condição de legalmente processado em causa criminal de que possa resultar pena de penitenciária". Essa limitação ao exercício dos direitos reconhecidos no artigo 23 da Convenção não está prevista entre as circunstâncias que a tal respeito prevê o parágrafo 2 do referido artigo 23, motivo por que a Delegação do Uruguai forma a reserva pertinente.

Em fé do que, os plenipotenciários abaixo-assinados, cujos plenos poderes foram encontrados em boa e devida forma, assinam esta Convenção, que se denominará "Pacto de São Jose da Costa Rica", na cidade de São Jose, Costa Rica, em vinte e dois de novembro de mil novecentos e sessenta e nove.

DECLARAÇÃO INTERPRETATIVA DO BRASIL

Ao depositar a Carta de Adesão à Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), em 25 de setembro de 1992. O Governo brasileiro fez a seguinte declaração interpretativa sobre os artigos 43 e 48, alínea "d":

18/02/2020

D678

" O Governo do Brasil entende que os artigos 43 e 48, alínea Comissão Interamericana de Direitos Humanos, as quais dependerão da anuência expressa do Estado."

★